

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

MARIA NATALÍCIA DE LIMA

**AGRICULTURA FAMILIAR E OS PROGRAMAS DE
INCENTIVO À PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE
CUITÉ/PB**

Cuité - PB

2019

MARIA NATALÍCIA DE LIMA

**AGRICULTURA FAMILIAR E OS PROGRAMAS DE INCENTIVO À
PRODUÇÃO NO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof.^a Me. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos

Cuité - PB

2019

L732a

Lima, Maria Natálicia de.

Agricultura familiar e os programas de incentivo à produção no Município de Cuité/PB / Maria Natálicia de Lima. – Cuité, 2019.
68 f..

Monografia (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde, 2019.

"Orientação: Prof.^a Ma. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos".
Referências:

1. Políticas Públicas. 2. Segurança Alimentar e Nutricional. 3. Desenvolvimento Rural. I. Santos, Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos. II. Título.

CDU 631.1.017.3(043)

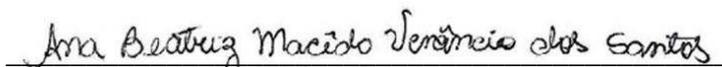
MARIA NATALÍCIA DE LIMA

**PROGRAMAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO DA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB**

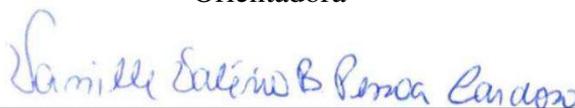
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade
Federal de Campina Grande, como requisito
obrigatório para obtenção de título de Bacharel
em Nutrição, com linha específica em Saúde
Coletiva.

Aprovado em 12 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora



Prof. Me. Vanille Valério Barbosa Pessoa
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora



Prof. Dra. Poliana de Araújo Palmeira
Examinadora

Cuité - PB

2019

Às minhas mães, Edileuza e Luciana, pelo apoio em todos os meus sonhos e por toda dedicação e amor para que eu chegasse até aqui.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse, pelo cuidado constante e por ser minha maior força nos momentos de cansaço.

À Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cuité e à todos que convivi nesse espaço e que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

À minha orientadora, Prof^ª. Ana Beatriz, que confiou no meu potencial e me deu a oportunidade de realizar essa pesquisa. Nada disso aconteceria sem a sua generosidade, paciência, ética e apoio em todos os momentos.

À Prof^ª Me. Vanille Pessoa e à Prof^ª Dr^ª Poliana Palmeira, pela gentileza em aceitarem o convite para fazer parte da banca e contribuir com esse trabalho.

Aos agricultores que aceitaram o convite para fazer parte dessa pesquisa, pela fundamental contribuição.

À minha família, em especial aos meus pais, Edileuza, Luciana e Rogério, por não medirem esforços para me proporcionar o melhor que podem, por entenderem a minha ausência e por serem uma inspiração em tudo que eu faço. À minha irmã Ibérica, por todo apoio e aos meus sobrinhos Larrícia e Pietro, por serem uma fonte de amor para mim.

À Dayane e Maria Rita, por terem sido as melhores parceiras de pesquisa que eu poderia ter, pela amizade e confiança que construímos nesse período e por todos os momentos que compartilhamos juntas.

À Rafaela e Sayonara, por serem uma família para mim em Cuité, pela confiança e acolhimento e pelos inúmeros momentos que tornaram essa caminhada mais leve.

Por fim, gostaria de agradecer a cada um, que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado na construção desse trabalho e durante a minha formação.

LIMA, M. N. **Programas de incentivo à produção da agricultura familiar no município de Cuité/PB**. 2019. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2019.

RESUMO

A agricultura familiar tem um papel fundamental na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do país, considerando o controle na produção, a qualidade dos alimentos e a não dependência de mercados para o acesso e obtenção de alimentos. Nas últimas décadas, foi criado um conjunto de programas que fazem parte de políticas públicas com o objetivo de fortalecer o pequeno produtor de base familiar, até então negligenciados em detrimento da agricultura patronal. Neste sentido, o desenvolvimento da agricultura familiar está ligado, principalmente, à possibilidade de o agricultor ter acesso à essas políticas públicas que incentivem o agricultor a conseguir aumentar a produtividade, ter acesso a financiamentos que possam permitir investimentos na propriedade e assim, melhorar as condições de vida no campo. Este estudo tem o objetivo de analisar a contribuição de programas de incentivo à produção da agricultura familiar entre produtores que integram a Feira Agroecológica Municipal de Cuité-PB, analisando a percepção dos produtores/comerciantes sobre estes programas, além de descrever e avaliar as condições de funcionamento do programa município. Para o presente estudo foram analisados os seguintes programas: PRONAF, Programa Cisternas e o Programa Sementes. Trata-se de um estudo transversal descritivo, no qual utilizou-se de entrevistas semiestruturada com agricultores e gestores dos referidos programas, autorizada por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi possível caracterizar o perfil dos agricultores e a produção agrícola, verificando as condições relacionadas à posse de terra e as formas de negociação, acesso à água, forma de trabalho na produção e os alimentos produzidos, além compreender a avaliação dos agricultores sobre os programas. Observou-se semelhança em todos os programas na caracterização dos agricultores que são, majoritariamente do sexo masculino, com idade acima de 30 anos e baixa escolaridade. Resultados aproximados também quanto às dificuldades de produção como falta de acesso à água, assistência técnica, não conhecimento acerca da origem das sementes utilizadas. No acesso aos programas, observou-se o papel importante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das Associações para o acesso à informação e facilidade destas. Quanto aos impactos dos programas, verificou-se que os participantes destes, em sua maioria, afirmaram aumento da quantidade e da diversidade da produção. Destaca-se a utilização marcante do crédito do Pronaf para perfuração de poços, a contribuição do Programa Cisternas para viabilidade da produção em períodos de estiagem e do Programa Sementes para garantia da redução de gastos com compra de sementes para plantio. Os resultados permitem melhor compreensão da realidade dos agricultores no processo de produção, evidenciando a necessidade da continuidade e do fortalecimento de políticas públicas como prioridade para a promoção da SAN, bem como a relevância da sociedade civil neste contexto.

Palavras-chaves: Políticas públicas. Segurança Alimentar e Nutricional. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

Family farming plays a key role in Sovereignty and Food and Nutrition Security (FNS) in the country, considering control production, food quality and non-dependence on markets for access and food. In last decades, several programs have been created being part of public policies with objective of strengthening the small family-based producer, until then neglected in detriment of employer's agriculture. Indeed, the development of family agriculture is mainly related to the possibility of farmer to have access to these public policies that encourage the farmer to increase productivity, to have access to financing that allow investments in property and thus to improve the conditions of life in the field. The objective of this study is analyze the contribution of incentive programs to production of family farming between producers that are part of the Municipal Agroecological Fair of Cuité-PB, analyzing the producers / traders' perception of these programs, as well describing and evaluating the conditions of functioning of the municipality program. In the present study, the following programs were analyzed: National Program for Strengthening Family Agriculture (NPSFA), National Program to Support Rainwater Harvesting and Other Social Technologies (Cisternas Program) and National Seed and Seed Program for Family Agriculture (Seeds program). This is a cross-sectional descriptive study, using semi-structured interviews with farmers and managers of these programs, authorized by means of a Free and Informed Consent Form. It was possible to characterize farmers profile and agricultural production, verifying the conditions related to land tenure and forms of negotiation, water access, work style in production and food produced, and understand farmers' evaluation of programs. Similarity was observed in all programs in characterization of farmers who are mostly males, aged over 30 years and with low scholar level. Approximate results also regarding production difficulties such as lack of water access, technical assistance, lack of knowledge about seeds used origin. In accessing programs, the important role of the Union of Rural Workers and Associations for information access and facility of access was observed. As for impacts of the programs, it was verified that participants of these, for the most part, affirmed an increase in quantity and diversity of production. Of note is the strong use of Pronaf's credit for drilling wells, the contribution of the Cisternas Program to the viability of production during periods of drought and Seeds Program to guarantee the reduction of expenses by purchasing seeds for planting. The results allow a better understanding of the reality of farmers in the production process, highlighting the need for continuity and strengthening of public policies as a priority for the promotion of NAS, as well as the relevance of civil society in this context.

Keywords: Public policies. Food and nutrition security. Rural Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CES	Centro de Educação e Saúde
BPC	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA	Direito Humana à Alimentação Adequada
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PBF	Programa Bolsa Família
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS	10
2.1 OBJETIVO GERAL	10
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
3 REFERÊNCIAL TEÓRICO	11
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	11
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO	13
4 MATERIAL E MÉTODOS	18
4.1 TIPO DE ESTUDO	18
4.2 LOCAL DE EXECUÇÃO.....	18
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	18
4.4 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS.....	19
4.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	19
4.6 PRINCÍPIOS ÉTICOS	20
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO.....	21
5.2 PRONAF: FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA E IMPACTO DO CRÉDITO NA PRODUÇÃO	28
5.3 CISTERNAS: FUNCIONAMENTO E AVALIAÇÃO SOB A ÓTICA DO AGRICULTOR	34
5.4 SEMENTES: FUNCIONAMENTO E AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DO PRODUTOR RURAL.....	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	54
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES DA FEIRA AGROECOLÓGICA.....	55
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A ENTREVISTA COM O COORDENADOR DA FEIRA AGROECOLÓGICA.....	62
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) UTILIZADO COM OS AGRICULTORES.....	65

1 INTRODUÇÃO

A diversidade de produção e o consumo interno dos alimentos produzidos, características da agricultura familiar no Brasil, contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento econômico do país. Segundo Pereira (2015), os alimentos da agricultura familiar, além de servirem para a comercialização, satisfazem também as necessidades de consumo da família produtora. O processo de plantar na própria terra, colher e transformar o produto cultivado em comida confere a Soberania alimentar, Segurança Alimentar e Nutricional e reprodução social das comunidades rurais. Assegura, ademais, um controle na produção, a qualidade dos alimentos e a não dependência de mercados para o acesso e obtenção de alimentos.

O desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil está ligado, principalmente, à possibilidade de o agricultor conseguir aumentar a produtividade, ter acesso a canais de comercialização e a financiamentos que possam permitir investimentos na propriedade (BRASIL, 2014). Nesse sentido, com o objetivo de fortalecer o segmento da agricultura familiar no Brasil, foram criados e implantados alguns programas governamentais como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) e o Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar (Programa Sementes) (CAMPOS; ALVEZ, 2014).

Portanto, as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar promovem a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), através do apoio a produção de alimentos de qualidade e diversificados, valorizando a agricultura familiar e contribuindo para o fortalecimento do sistema agroalimentar local através, inclusive, da possibilidade de aumento e/ou estabilidade da produção para comercialização e geração de renda.

Como experiência local de comercialização de alimentos da agricultura familiar, a cidade de Cuité-PB possui uma feira agroecológica que ocorre semanalmente desde 2017. Tendo em vista as contribuições dessas políticas públicas e a existência da feira, este estudo tem como questões norteadoras: Os produtores/comerciantes desta feira têm facilidade no acesso a estes programas? Quais os impactos destes programas na produção e comercialização destes agricultores? Como os participantes avaliam cada um dos programas quanto a contribuição para agricultura familiar?

Espera-se que ocorra participação significativa dos agricultores da feira agroecológica nestes programas, mas que encontrem algumas burocracias para se inserir

nos programas. Quanto à percepção dos agricultores sobre os impactos do programa, possivelmente os programas serão avaliados positivamente, haja vista a possibilidade dos mesmos contribuir para melhorias na produção.

Assim, o presente trabalho busca verificar, a partir da visão dos agricultores e gestores do PRONAF, do Programa Cisternas e do Programa Sementes, qual a contribuição desses programas e quais os obstáculos na execução dos mesmos. Portanto, a pesquisa ajuda a entender a condição de funcionamento desses programas no município, identificando potencialidades e fragilidades, no intuito de auxiliar na implementação de estratégias que possam melhorar a realidade atual e fortalecer o sistema agroalimentar local.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a contribuição de programas de incentivo à produção da agricultura familiar para o fortalecimento da Feira Agroecológica Municipal de Cuité-PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Identificar, dentre os produtores/comerciantes da feira agroecológica estudada, os agricultores participantes dos programas de incentivo à produção da agricultura familiar;
- ✓ Analisar a percepção dos produtores/comerciantes sobre programas governamentais de incentivo à produção;
- ✓ Descrever o funcionamento dos programas de incentivo à produção no município de Cuité-PB;
- ✓ Avaliar, sob a perspectiva do gestor, as condições de funcionamento dos referidos programas.

3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A agricultura familiar contribui de maneira significativa para o sistema alimentar, assim como para o desenvolvimento econômico do país. Porém, é recente o planejamento e a implementação de ações e políticas públicas voltadas para este setor. Sendo assim, este tópico apresenta um breve histórico da agricultura familiar no Brasil e sua interface com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Desde o início do processo de expansão do território brasileiro a agricultura familiar faz parte da rotina das atividades produtivas do país. No entanto, ao longo de todo período imperial e nos anos seguintes, este tipo de agricultura não recebeu praticamente nenhum apoio governamental para se desenvolver adequadamente (MATTEI, 2014).

Antes da década de 1990, a referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. A partir deste período, houve um processo de reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, este fato deve-se a fatores igualmente importantes como o papel do movimento sindical após a ditadura militar, aos mediadores e intelectuais que debateram o tema nesse período e ao papel do Estado e das políticas públicas reconhecendo a importância deste setor e dando-lhe visibilidade (SCHNEIDER, 2014).

Em 1994, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), celebraram o Convênio FAO/INCRA para realização do Projeto UTF/BRA/036/BRA, os estudos realizados conjuntamente definiram a agricultura com maior precisão. A partir de então, surgiu uma nova categoria de agricultores familiares, definida por um estabelecimento composto por indivíduos que possuem laços de parentescos ou casamento, que utilizam apenas o trabalho fornecido pelos membros da família e que a propriedade e os meios produção também sejam pertencentes a família. Para essa finalidade, utilizaram os dados do Censo Agropecuário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1985 (SOUZA; CAUME, 2008).

A materialização do reconhecimento político da agricultura familiar é uma importante conquista que reflete as lutas dos movimentos e se deu com a implantação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1994. Desde então, a agricultura familiar brasileira passou a ganhar relevo e destaque em nível nacional, no âmbito dos resultados conquistados da expansão do crédito rural aos diferentes sujeitos do campo (FEITOSA, 2015).

No início dos anos 2000 a segurança alimentar é alçada à principal política da área social de governo. Neste sentido, parece que o tema da segurança alimentar ganha uma maior importância como política de Estado, o que se concretiza no ano de 2002 com a criação do Ministério Extraordinário de Combate à Fome e a da Segurança Alimentar (MESA), que posteriormente ficou sob o nome de Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Como marco legislativo, a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, e conceituou o agricultor familiar e o empreendedor familiar rural como aquele cuja limitação de área de produção corresponde até quatro módulos fiscais, utiliza predominantemente da mão de obra familiar nas atividades econômicas, possui percentual mínimo da renda familiar oriundos das atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento e a gestão do estabelecimento ou empreendimento é compartilhada com a família (BRASIL, 2006a).

Segundo Mattei (2014), a agricultura familiar, destaca-se ainda, pela significativa contribuição para o fortalecimento do mercado local, a preservação da biodiversidade e da cultura existente nos espaços rurais, além de ser responsável por produzir alimentos diversificados e de qualidade e promover a SAN. Enquanto agroindústrias e grandes propriedades rurais dominam a produção agrícola voltada para exportação, a agricultura familiar atualmente é responsável por 70% dos alimentos consumidos internamente no país. Em contrapartida, um grande desafio enfrentado pelo Brasil é a concentração da estrutura agrária, desequilíbrio entre a produção de alimentos direcionada ao mercado externo e o consumo interno, bem como, questões relacionadas à sustentabilidade do sistema (KEPPLE, 2014).

Em 2006 é aprovada e sancionada a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei nº 11.346/2006), que cria o sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e assegura a alimentação adequada como um direito humano fundamental, atribuindo ao poder público o dever de adotar políticas e ações para garantir a SAN da

população (BRASIL, 2006b). Em 2010, resultante de amplo processo de mobilização social, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação no artigo 6º da Constituição Federal. Para garantir a realização do direito humano à alimentação adequada o Estado brasileiro tem as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover a alimentação da população (BRASIL, 2014).

Atualmente, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional adotado no Brasil definido pela LOSAN é:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

Neste sentido, o Estado instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, pelo Decreto nº 7.272/2010 e estabeleceu os parâmetros para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012/2015. O PLANSAN que tem como objetivo garantir o acesso de todos os brasileiros a alimentos adequados e saudáveis, incluindo o acesso à água em todo o território nacional. Para a realização deste objetivo, busca promover ações que facilitam a produção e o abastecimento alimentar, com o fortalecimento da agricultura familiar, uma política de educação alimentar e nutricional e a disseminação de equipamentos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2016).

Diante disso, a agricultura familiar é fundamental para a promoção da segurança alimentar para a população, pois, segundo Gazolla e Schneider (2007) este tipo de produção preenche alguns dos princípios fundantes do conceito de segurança alimentar. Dentre estes, estão o princípio do acesso regular e contínuo aos alimentos; o fornecimento de quantidades de alimentos suficientes e permanentes; o da qualidade nutricional; e, o de consistir em uma alimentação que esteja de acordo com os hábitos de consumo e a “cultura alimentar”. Desse modo, pode-se dizer que a geração da segurança alimentar a nível local, em regiões em que predominam pequenos estabelecimentos agropecuários, tem que passar, necessariamente, pelas unidades de produção dos agricultores familiares.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

Uma das principais características dos avanços na garantia da segurança alimentar e nutricional, no combate à pobreza e na democratização econômica no Brasil é a

existência de políticas públicas diferenciadas para a agricultura familiar, construídas e implementadas no diálogo com os movimentos sociais, que abarcam diversas dimensões da vida e do trabalho no meio rural. Essas políticas públicas diferenciadas se encontram em diferentes graus de maturação e abrangência, promovendo o fortalecimento econômico da agricultura familiar por intermédio de um conjunto de medidas, entre elas: garantia do direito à terra; crédito para custeio e investimento; política nacional de assistência técnica e extensão rural; utilização do poder de compra do estado para a aquisição de produtos da agricultura familiar para políticas de segurança alimentar e abastecimento; promoção da transição agroecológica e da produção sustentável (KEPPLE, 2014).

O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural com o objetivo da redução das desigualdades, inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em toda a sua diversidade e a segurança alimentar de toda a população. Entre os diversos programas criados, o Pronaf é um dos que merece destaque. Criado em 1995, como uma linha de crédito rural, fruto de uma intensa participação das organizações da agricultura familiar, o programa foi se estruturando e atinge hoje o rural brasileiro em toda a sua diversidade (BIANCHINI, 2015).

O PRONAF passou a ser a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, em função de sua importância para a produção de alimentos para o mercado interno, para as agroindústrias e para as exportações brasileiras e, principalmente como geradora de postos de trabalho e renda. Busca construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, através do incremento e da diversificação da capacidade produtiva, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida (SOUZA; CAUME, 2008).

O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004). Atende agricultores familiares, assentados da forma agrária, povos e comunidades tradicionais. Financia projetos individuais ou coletivos a juros mais baixos para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção, contribuindo para geração de renda e para melhoria da qualidade de vida no campo (BRASIL, 2013).

Em 2003, o PRONAF foi inserido no Programa Fome Zero como uma das suas ações estruturantes e passou a ser sucessivamente ampliado, mediante o aumento de recursos e a criação de novas modalidades (DEL GROSSI; MARQUES, 2010; SCHNEIDER, 2014). Ao longo dos anos houve um perceptível crescimento considerável do volume de recursos aplicados, que aumentaram de R\$ 650 milhões em 1996 para praticamente R\$ 16 bilhões em 2012 (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEINTZ, 2014). Em 20 anos de existência do programa, foram aplicados aproximadamente R\$ 160 bilhões em mais de 26 milhões de contratos, nas diferentes modalidades, para diferentes tipologias de agricultores familiares (BIANCHINI, 2015).

Considerando o foco da estratégia de inclusão produtiva rural no semiárido, região marcada pela vulnerabilidade hídrica, era preciso contemplar também o acesso das famílias à água para consumo doméstico e para viabilizar a produção, potencializando os investimentos feitos em assistência técnica e fomento (Brasil, 2014).

Nesse contexto, o Governo Federal vem apoiando, desde 2003, a implementação de tecnologias sociais de acesso à água, como parte da estratégia de garantir a segurança alimentar e nutricional de famílias de baixa renda residentes na zona rural de regiões com escassez hídrica (SANTANA; ARSKY, 2016).

Em 2011 o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. Para o público do rural, além dos eixos de garantia de renda e de acesso a serviços públicos, o Plano destacou-se com a criação de uma rota específica de inclusão produtiva rural visando oferecer aos produtores um conjunto de políticas públicas que criem oportunidades e permitam às famílias caminharem, de maneira sustentável, em direção à superação da pobreza e à melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2015).

O Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) foi institucionalizado por meio dos artigos 11 a 16 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, e regulamentado por meio do Decreto 8.783, de 04 de julho de 2013. É executado pelo MDS desde 2003, de forma descentralizada e ancorada, inicialmente, na ampla parceria estabelecida com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e, posteriormente, com estados, municípios e consórcios municipais. O Programa Cisternas visa implantar tecnologias sociais de acesso à água, envolvendo principalmente a captação de água de chuva, na perspectiva de dotar as famílias de uma solução de armazenamento de água, que permita sua utilização para o consumo humano e para a produção de alimentos. Tal ação se insere em uma perspectiva

mais ampla de garantia da segurança alimentar e nutricional e de geração de renda para famílias pobres situadas na zona rural, com dificuldades de acesso à água potável e/ou com escassez hídrica (BRASIL, 2014).

Ao longo dos últimos dez anos, o Programa Cisternas já investiu mais de 3 bilhões de reais na construção de cisternas e de outras tecnologias sociais de acesso à água, beneficiando cerca de 750 mil famílias (SANTANA; ARSKY, 2016).

Diante dos diversos aspectos de contribuição da agricultura familiar com a segurança alimentar e nutricional, um deles é o uso de sementes, quando a família utiliza sementes crioulas, adaptadas ao ambiente para realizar suas plantações. Esse uso é possível através do armazenamento de sementes, assim, as variedades crioulas são aquelas mantidas pelos próprios agricultores ao longo de muitas gerações e, ao serem cultivadas e selecionadas por eles, adquirem características próprias de adaptação. Essa técnica de conservação de sementes é realizada por agricultores familiares há séculos, onde os mesmos cultivam, selecionam, conservam as espécies com uso de tecnologia que pouco agride à natureza (NODARI; GUERRA, 2015; SILVA et al, 2017).

Conforme o diagnóstico apresentado no texto do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo I), as sementes crioulas e variedades locais são aquelas produzidas e conservadas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, destacando-se o trabalho das mulheres nesse processo (FERNANDES, 2017).

O desenvolvimento de variedades de alto rendimento, selecionadas para maximizar, em termos de produtividade, a resposta à aplicação de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, foi um elemento decisivo no projeto de modernização da agricultura. Esta foi a opção técnica, política e econômica do desenvolvimento agrícola promovido pelo Estado brasileiro, o que favoreceu principalmente os interesses da indústria de agroquímicos nas últimas décadas (CARNEIRO et al. 2015).

No entanto, as sementes crioulas continuaram a ser cultivadas na agricultura familiar. Segundo Fernandes (2017), houve um processo de preservação das sementes crioulas pelos agricultores de todas as regiões do país que resistiram ao movimento de substituição de variedades e seguiram plantando, selecionando e conservando seus materiais. Nesses atos de resistência se concretizam diferentes elementos da racionalidade camponesa, pois os agricultores sempre viram nessas sementes, variabilidade, adaptabilidade, multiplicidade de usos e economicidade compatíveis com sua cultura e seus sistemas agrícolas. Com efeito, são sementes de autonomia, traço constitutivo da

identidade camponesa e que não podem, portanto, ser reduzidas à categoria de meros insumos produtivos

As perdas das sementes crioulas, estão levando as populações a insegurança alimentar e a perda de sua soberania, pois ficam à mercê das revendas comerciais, que ano a ano sempre recomendam as mesmas cultivares comerciais de feijão ou milho e, recomendações de sementes híbridas e transgênicas, que não são nada recomendáveis para a agricultura familiar por exigirem um pacote tecnológico de alto custo com o uso intensivo de maquinários, adubações químicas, herbicidas e agrotóxicos, que não seriam suportados pelos agricultores, sem entrarmos nos custos ambientais, inerentes às práticas anteriormente relatadas e aos insumos citados. Este cenário vem se repetindo ano após ano e contribuindo assustadoramente para o aumento da erosão genética e provável perda de diversas espécies (SILVA et al. 2018).

Com o objetivo de ampliar o acesso dos agricultores familiares às sementes e mudas de qualidade e adaptadas ao território, para fortalecer sistemas agroalimentares de base agroecológica, em 21 de dezembro de 2015 foi lançado o Programa Nacional de Sementes e Mudas para Agricultura Familiar, em uma parceria do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário, hoje Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Realizado por meio de apoio a programas e ações destinadas à produção, melhoramento, resgate, conservação, multiplicação e distribuição desses materiais propagativos (BRASIL, 2016).

4 MATERIAL E MÉTODOS

4.1 TIPO DE ESTUDO

O presente trabalho corresponde a um recorte da pesquisa intitulada “Produção e comercialização de alimentos: um olhar sobre a feira agroecológica do município de Cuité/PB”, o qual busca investigar os programas de incentivo à produção e seus impactos dentre os agricultores integrantes da Feira agroecológica do município. Trata-se de um estudo transversal descritivo que, segundo Medronho et al. (2009), diz respeito a um estudo epidemiológico caracterizado por observar de forma direta certa população em uma só oportunidade. Neste caso, foi feita uma observação em um determinado intervalo de tempo para analisar os fatores da população de estudo, que são os agricultores.

O tipo de estudo mostrou-se adequado à proposta do estudo, visto que existe uma determinada população de agricultores que, no intervalo de tempo da aplicação da pesquisa, apresentou fatores relevantes quanto a situação de produção que viabilizaram a comercialização na feira agroecológica e os incentivos dos programas governamentais recebidos por esta população para potencializar a produção, os quais serão pertinentes para serem descritos neste estudo.

4.2 LOCAL DE EXECUÇÃO

O cenário da pesquisa é o município de Cuité, localizado no Curimataú Paraibano, região do Semiárido Nordeste a aproximadamente 235 km da Capital João Pessoa. Com extensão territorial 741,84 km² cuja maior parte é rural, segundo o Censo de 2010 a cidade possui 19.978 habitantes, 67% residentes da zona urbana, tendo ocorrido pequeno crescimento populacional de acordo com estimativa do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2017), passando a ter 20.348 habitantes em 2017. De forma mais direcionada, a pesquisa foi realizada no âmbito da Feira agroecológica do município, implantada em 2017, cuja construção é discutida desde 2011.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa correspondem aos 17 (vinte) agricultores familiares que comercializam seus produtos na feira agroecológica do município de Cuité, de acordo com um registro de participantes fornecido previamente a pesquisadora pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foram inclusos na análise desta pesquisa os agricultores que afirmaram participar de pelo menos um dos três programas estudados (Pronaf, Programa

Cisternas e Programa Sementes). E, como critério de exclusão, foram desconsiderados atores que não se enquadram a estes parâmetros ou que não aceitem participar da pesquisa.

4.4 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Foram utilizados como métodos de coleta as entrevistas semiestruturadas com os agricultores e com os gestores dos respectivos programas em análise. As entrevistas foram realizadas por estudantes de graduação em Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande, devidamente treinados pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (Núcleo Penso), e gravadas com auxílio de gravador de voz digital.

O questionário utilizado para a entrevista com os agricultores será o mesmo da pesquisa maior, composto por sete módulos cujos tópicos temáticos são: (1) identificação do produtor, (2) caracterização da produção agrícola comercializada, (3) potencialidades e dificuldades do modelo de circuito curto de comercialização, (4) informações sobre a inserção nos programas governamentais e seus impactos na visão dos agricultores, (5) participação nos programas governamentais da agricultura familiar, (6) participação em programas de incentivo à produção (Apêndice A). Este subprojeto concentra suas análises nos tópicos 4, 5 e 6. Para a coleta de dados junto aos gestores também foi utilizada entrevista semiestruturada, com roteiro abordando pontos como identificação, funcionamento, seleção de beneficiados e avaliação do programa (Apêndice B).

4.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para a análise quantitativa dos dados utilizou-se o software denominado SPSS, que organiza os dados em informações que possibilitem descrição das variáveis estudadas. Por outro lado, a análise qualitativa foi realizada a partir da análise de conteúdo que, para Bardin (2011) na qual ocorre uma análise das comunicações visando compreender os objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitam inferências de conhecimentos sobre a produção destas mensagens. As entrevistas foram devidamente transcritas pela equipe de trabalho desta pesquisa.

4.6 PRINCÍPIOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário Alcides Carneiro HUAC/UFCG (CAAE: 98666818.3.0000.5182), respeitando os princípios éticos estabelecidos pela LEI Nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 que discorre sobre a regulamentação de pesquisas envolvendo seres humanos; onde os participantes serão informados sobre a natureza da pesquisa e após assinar um termo de consentimento livre e esclarecido estarão aptos a participar da pesquisa (BRASIL, 2012). Para a realização das entrevistas, os participantes deverão autorizar via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O total de participantes entrevistados resultou em 17 agricultores que comercializam ou já comercializaram na feira agroecológica de Cuité. Dentre estes, para o recorte deste estudo, foram selecionados aqueles que participam ou já participaram dos programas de incentivo à produção: PRONAF, Programa Cisternas e do Programa Sementes.

Os resultados das análises realizadas com foco nos participantes dos programas serão apresentadas a partir de eixos temáticos, a saber: (1) Caracterização da produção e dos agricultores participantes dos programas de incentivo à produção; (2) PRONAF: Impacto do crédito na produção agrícola sob a perspectiva do agricultor; (3) Cisternas: Funcionamento e avaliação sob a ótica do agricultor; (4) Sementes: Funcionamento e avaliação na perspectiva do produtor rural.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DOS AGRICULTORES PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO.

Neste tópico será apresentada a caracterização geral dos agricultores, bem como, serão expostas as condições de produção relacionadas à posse de terra e formas de negociação, o acesso à água, se a produção conta ou não com a contratação de mão de obra, se a agricultura familiar é exclusivamente a única fonte de renda mensal e, ainda, o que é mais frequentemente produzido.

No que diz respeito à participação dos agricultores nos diferentes programas analisados neste estudo, verifica-se que dos 17 agricultores entrevistados 82,4% participam ou já participaram do Programa Sementes e PRONAF, enquanto 35,3% participam ou já participaram do Programa Cisternas. Destaca-se que, nesta pesquisa, foram consideradas apenas as cisternas usadas para produção oriundas do Programa Cisternas.

A tabela seguinte mostra os dados referentes a identificação dos agricultores, a partir da qual com relação ao sexo dos participantes dos programas percebe-se que, no PRONAF, a maioria é do sexo masculino (57,1%). Já no Programa Cisternas, a maioria é do sexo feminino (66,7%) e no Programa Sementes, metade dos participantes são do sexo feminino (50%) e a outra metade do sexo masculino (50%).

Tabela 1 – Caracterização dos agricultores familiares participantes dos programas de incentivo à produção, Cuité, 2018.

VARIÁVEIS	PRONAF	Programa Cisternas	Programa Sementes
Sexo			
Masculino	8/ 57,1%	2/ 33,3%	7/ 50%
Feminino	6/ 42,9%	4/ 66,7%	7/ 50%
Raça			
Branco	3/ 21,4%	-	3/ 21,4%
Amarelo	-	-	-
Negro	1/ 7,1%	-	2/ 14,3%
Pardo	10/ 71,4%	6/ 100%	9/ 64,3%
Indígena	-	-	-
NR/NS	-	-	-
Estado Civil			
Solteiro(a)	-	-	-
Casado(a)	11/ 78,6%	5/ 83,3%	10/ 71,4%
Relação Estável	3/ 21,4%	1/ 16,7%	4/ 28,6%
Viúvo(a)	-	-	-
Separado(a)	-	-	-
NS/NR	-	-	-
Faixa Etária			
Entre 26 – 36	3/ 21,4%)	2/ 33,3%	4/ 28,6%
Entre 36 – 46	6/ 42,9%)	2/ 33,3%	5/ 35,7%
Entre 46 – 58	5/ 35,7%)	2/ 33,3%	5/ 35,7%
Endereço			
Assentam. Brandão	3/ 21,4%	-	5/ 35,7%
Sítio Canoa do Costa	2/ 14,3%	2/ 33,3%	2/ 14,3%
Sítio Campo Comprido	1/ 7,1%	1/ 16,7%	1/ 7,1%
Zona urbana	1/ 7,1%	-	-
Sítio Lagoa do Meio	5/ 35,7%	3/ 50%	4/ 28,6%
Sítio Jucá	1/ 7,1%	-	1/ 7,1%
Sítio Bujari	1/ 7,1%	-	1/ 7,1%

Fonte: dados da pesquisa (2018)

É possível observar que há um crescimento da participação feminina à produção agrícola, apesar da maior predominância masculina neste setor. Porém, há uma maior participação de homens no PRONAF e isto provavelmente está relacionado ao fato da necessidade de negociação do crédito. Para Hernandez (2009), um dos fatores da falta de autonomia das mulheres para decidir sobre o destino e uso do crédito se deve ao esgotamento das linhas de crédito que podem ser contratadas pelos maridos e por isso elas buscam inclusive o PRONAF Mulher para atividades que seus cônjuges consideram importantes. Outro fator é a compreensão, de que são “os homens que sabem de negócios”, tendo em vista a invisibilidade do feminino trabalho na propriedade familiar.

Romano e Buarque (2001 apud BRUMER; SPANEVELLO, 2012) constataram que são exigidas das mulheres maiores garantias que dos homens. As mulheres enfrentam dificuldades na obtenção de garantias que estão intrínsecas nas suas limitações pela condição de gênero, uma vez que, na maior parte das vezes, sequer possui bens em nome próprio e poucas/nenhuma companheira em condição diferente para ser avalista, portanto, precisam da autorização dos maridos.

No que concerne a raça autodeclara pelos participantes, o resultado mais expressivo foi para pardos, com os seguintes valores: PRONAF, 71,4%; Programa Sementes, 64,6% e Programa Cisternas, 100%. Quanto ao estado civil, a maior parte dos entrevistados relatou serem casados, como pode-se observar pelos seguintes valores entre os participantes dos programas: PRONAF, 78,6%; Programa Cisternas, 83,3%; Programa Sementes, 71,4%.

Outro resultado exposto na tabela é a “faixa etária”, que apresenta o valor mínimo de 26 anos e o valor máximo de 58 anos. No PRONAF a maioria dos participantes apresentam idades entre 36 a 46 anos (43,9%), 46 a 58 anos (35,7%) e em menor quantidade, 26 a 36 anos (21,4%). No cisternas, 33,3% dos participantes estão entre 26 a 36 anos, 36 a 46 anos e 46 a 58 anos. No Sementes, com idades entre 26 a 36 anos (28,6%), 36 a 46 anos (35,7%) e 46 a 58 anos (35,7%).

Essa variável chama atenção para a baixa prevalência de jovens na agricultura e a maior prevalência de adultos e idosos, o que permite perceber a problemática ligada à continuidade da atividade agrícola nos estabelecimentos familiares. A realidade do movimento migratório zona rural – zona urbana também foi discutida por Zago (2016) que apontou a falta de sucessor na agricultura familiar como um problema típico dos países desenvolvidos, mas que também tem se apresentado no Brasil devido ao parcelamento das propriedades rurais e a consequente dificuldade de manter os filhos na atividade agrícola.

Isto pode estar relacionado com aspectos como o êxodo rural desencadeado por diversos fatores como a desvalorização da atividade, maior escolarização dos jovens em relação às gerações anteriores, além de aspectos econômicos, o que pode os levarem a sair do espaço rural em busca de melhores condições de vida. Nesta direção, Navarro e Pedroso (2014) resumem em dois tipos de fatores para o esvaziamento no campo, “fatores de Sucesso” e “fatores de insucesso”. Como fator de sucesso pode-se destacar a capacidade dos pequenos produtores, com o passar do tempo, ofertar aos filhos a chance do acesso à educação e o abandono rural é consequência de caso de prosperidade. Por

outro lado, o fator de insucesso pode ser retratado como a precariedade no âmbito rural em detrimento à visão promissora do meio urbano que podem estimular o êxodo rural.

Todavia, deve-se pensar na possibilidade da educação como um fator de sucesso não apenas contribuindo para o êxodo rural, mas, em uma outra perspectiva, também para a qualificação e potencialização do trabalho agrícola. A democratização do acesso à educação de ensino superior, resultado das políticas sociais implementadas ao longo dos últimos 15 anos, destinadas àqueles pertencentes as classes menos privilegiadas na sociedade, fez com que houvesse um maior investimento em capacitação entre os jovens, que em muitos casos, voltam ao campo para aplicar seus conhecimentos na produção da família (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

No que diz respeito ao endereço dos participantes, no PRONAF os entrevistados declararam residir nos sítios Lagoa do Meio, Assentamento Brandão, Canoa do Costa, Campo Comprido, Bujari, Jucá e zona urbana. De modo semelhante, o Programa Sementes apresentou as mesmas localidades, com exceção da zona urbana, e possivelmente pelo reduzido número de participantes, no Programa Cisternas apresentou apenas três localidades que foram: Lagoa do Meio, Canoa do Costa e Campo Comprido

Tabela 2 – Terreno utilizado para produção e formas de negociação dos agricultores familiares participantes dos programas de incentivo à produção, Cuité, 2018.

VARIÁVEIS	PRONAF (nº/percentual)	Programa Cisternas (nº/percentual)	Programa Sementes (nº/percentual)
Terreno Próprio			
Sim	12 (85,7%)	4 (66,7%)	11 (78,6%)
Não*	2 (14,3%)	2 (33,3%)	3 (21,4%)
Formas de Negociação			
Arrendatário	-	-	-
Contrato de Parceria	-	-	-
2/3	-	-	-
Meeiro	1 (7,1%)	1 (16,7%)	1 (7,1%)
Cedido*	4 (28,6%)	2 (33,3%)	4 (28,6%)
NS/NR	-	-	-

*na forma de negociação “cedido”, dos programas Sementes e PRONAF, além dos 28,6%, existe 1 agricultor que também é proprietário da terra.

Ao tratar da posse de terra, foi possível identificar os entrevistados que possuem terreno próprio e, dos que não possuem, quantos têm as diferentes formas de negociação de terreno. Os maiores percentuais de proprietários de terra ficaram entre os participantes

do PRONAF e Programa Sementes, 85,7% e 78,6%, respectivamente, enquanto no Programa Cisternas 66,7% dos agricultores atestaram ser proprietários do terreno.

Por outro lado, dentre os participantes que afirmaram produzir em terras de outros proprietários, obteve-se 14,3% do PRONAF, 21,4% do Sementes e 33,3% do Cisternas. As formas de negociação de terra apresentadas por estes foram através de “dois terços”, correspondendo a um participante em todos os programas, e cedido com 28,6% nos Programas Sementes e PRONAF, e 33,3% no Programa cisternas.

Também foi possível identificar a realidade do acesso à água disponível para a produção nas propriedades utilizadas pelos agricultores familiares, quando questionadas as diferentes formas de acesso à água dentre os participantes dos três programas, sendo possível que o entrevistado declarasse mais de uma opção.

Os resultados se apresentaram semelhantes para os Programas Sementes e PRONAF, cujas formas mais relatadas foram: poços artesianos (78,6%), cisterna (28,6%), cisterna calçadão (28,6%) e barragem (7,1%). Ainda, 28,6% e 35,7% dos participantes do PRONAF e Programa Sementes, respectivamente, relataram outras formas como água da chuva, poço amazonas e cacimbão. Quanto aos participantes do Programa Cisternas, os mesmos atestaram possuir cisterna calçadão (66,7%), cisterna de placa (50%) poço artesiano (50%), e 66,7% relataram outras formas, como a água da chuva, cacimbão e poço amazonas.

Observa-se que os percentuais se mostram significativos dentre os participantes dos programas para a utilização de Poços e Cisternas, além de serem relatadas outras formas de acesso à água e, portanto, diante das condições regionais do semiárido, é necessário a união de diferentes formas de acesso à água para o enfrentamento da seca. A existência marcante da cisterna corrobora com o encontrado por Palmeira e Santos (2015), com a população cuiteense (comparado com o resultado específico da população rural cujo percentual de 84,2% de acesso à água via cisternas).

Entretanto, com relação aos poços artesianos, estes não foram evidenciados pelas autoras. Uma leitura possível deste diferencial nos resultados é que durante a coleta das autoras ainda havia água da chuva o bastante que fossem armazenadas nas cisternas, inclusive para manutenção do Açude que abastece a cidade, informação refletida nos relatos de acesso à água pela rede pública (94,7% na zona urbana), o qual sequer foi mencionado em 2018. Assim, esta divergência é consequente do período de coleta das pesquisas, sendo o das autoras em 2011 e o do presente trabalho em 2018, respectivamente, períodos pré e pós estiagem severa na região.

Expostas as condições de produção relacionadas à posse de terra, formas de negociação e acesso à água, torna-se relevante também refletir sobre a forma de trabalho na produção e o que é produzido. Assim sendo, questionou-se sobre a produção contar ou não com a contratação de mão de obra, sobre a exclusividade agricultura familiar na renda mensal e, também, sobre o que é produzido pelos agricultores neste contexto.

No que concerne a participação de trabalhadores contratados na produção de alimentos, foi possível verificar que entre os entrevistados participantes dos programas, apenas um participante do PRONAF relatou ter contratados na produção, além da participação da família. Foi relatada a contratação de 8 trabalhadores, os quais recebem individual e semanalmente um valor de R\$ 250,00 a 300,00. Esta situação é justificada devido a uma maior produção e comercialização dos produtos deste agricultor, em mais canais de escoamento em comparação com os demais agricultores entrevistados. Ressalta-se que este produtor é proprietário da terra que produz e que os demais entrevistados afirmaram ter apenas o apoio da família para produção.

Quanto a renda familiar oriunda da agricultura familiar, 35,7% dos participantes do PRONAF, 33,3% do Programa Cisternas e 28,6% do Programa Sementes dependem unicamente desta para o sustento da família. Já os outros participantes que não obtêm a renda familiar exclusivamente da agricultura, de forma majoritária para todos os programas, declararam receber o Programa Bolsa Família. Em menor quantidade foi relatado trabalhos extras, aposentadoria e Benefício de Prestação Continuada.

O Programa Bolsa Família (PBF) apresenta-se como um programa de transferência de renda, destinado diretamente às famílias em condição de vulnerabilidade, objetivando permitir que elas possam ter seus direitos humanos básicos de alimentação, educação e saúde garantidos, buscando reduzir a fome e a pobreza no território nacional (LIMA; MELO; SOARES, 2017).

Um dos aspectos de grande importância desse programa, sobretudo para as famílias do campo, é a possibilidade de destinar parte da renda para a compra de gêneros alimentícios, este fato contribui na diminuição do nível de insegurança alimentar. De acordo com o relatório do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (2008), após o recebimento do benefício do PBF, as famílias passaram a adquirir mais alimentos, o que possibilitou o aumento do consumo, tanto em relação à quantidade, quanto à variedade dos mesmos.

Um estudo realizado com a mesma população do município de Cuité-PB, observou que a maior parte do valor investido pelos participantes do programa (98,8%),

era destinado à compra de alimentos, mostrando que existe um efeito sobre o consumo alimentar das famílias. Além disso, o mesmo estudo verificou que dos beneficiários do programa, 81,2% consideram que a alimentação da família melhorou ou melhorou muito após o recebimento do benefício (PALMEIRA; SANTOS, 2015).

Portanto, o PBF, exerce não só um impacto positivo sobre o consumo de alimentos das famílias, como também, em conjunto com outras políticas de proteção social, de saúde e agrícolas, tem uma importante contribuição no processo do desenvolvimento rural, na manutenção do homem no campo e de melhores condições de vida dos mesmos.

O quadro 1 descrito abaixo expressa os alimentos mais produzidos entre os participantes dos respectivos programas E, verifica-se que os alimentos mais produzidos pelos agricultores participantes de todos os programas são coentro (100%), milho (100%), maracujá (100% para o PRONAF e o Sementes) e feijão (100% para o cisternas e o sementes). Estes alimentos, quando organizados por maior produção, variam de posição a depender do programa observado, mas, ambos, tem mais de 85% dos participantes produzindo-os.

Quadro 1 – Alimentos produzidos pelos participantes dos programas de incentivo à produção, Cuité, 2018.

Alimentos PRONAF		Alimentos Cisternas		Alimentos Sementes	
Coentro	100%	Coentro	100%	Coentro	100%
Maracujá	100%	Feijão	100%	Feijão	100%
Milho	100%	Milho	100%	Maracujá	100%
Feijão	92,90%	Maracujá	85,70%	Milho	100%
Batata Doce	71,40%	Batata Doce	71,40%	Couve	83,30%
Couve	64,30%	Couve	71,40%	Batata Doce	66,70%
Jerimum	64,30%	Jerimum	71,40%	Jerimum	66,70%
Melancia	64,30%	Melancia	64,30%	Alface	57,10%
Alface	57,10%	Cenoura	57,10%	Cenoura	50%
Cenoura	57,10%	Alface	57,10%	Melancia	50%

Fonte: dados da pesquisa

Depois destes, com percentuais abaixo de 85% e acima de 64% dos participantes de cada programa, estão a batata doce, a couve e o jerimum. Por fim, os menos produzidos foram a melancia, a alface e a cenoura. Percebe-se, portanto, que houve pouca diferença entre os alimentos mais produzidos pelos produtores participantes de cada programa.

Destaca-se que, é possível que o mesmo agricultor participe de diferentes programas e a lista de alimentos produzidos por ele é a mesma.

Ainda em relação aos alimentos produzidos, a maior parte dos participantes relataram que apesar das dificuldades enfrentadas, conseguem produzir o ano inteiro, sendo 85,71% do PRONAF, 66,6% do Programa Cisternas e 78,6% do Programa Sementes. Destes, alguns atestaram conseguir produzir o ano inteiro apenas determinados tipos de alimentos, como o maracujá e o milho, com auxílio de, principalmente, sistema de irrigação e acesso a poços artesianos e cisternas na propriedade.

“Um das coisas sim e outras não(...) Como exemplo, o maracujá, a gente consegue com toda dificuldade, ele produz o ano inteiro, maracujá e e e a macaxeira, dá pra produzir o ano inteiro.” (Agricultor 1, 2018)

“Consigo, o maracujá num sabe? E as outras coisas a gente fazendo as ligação certinha dá fazer, né. Pronto, o milho, o milho aqui a gente fazendo umas ligação pra milho dá também.” (Agricultor 2, 2018)

Na presente pesquisa também foi possível identificar, através da resposta dos agricultores, que 100% dos alimentos produzidos entre os participantes dos Programas Sementes e Cisternas e 92,9% do PRONAF, não são exclusivos para comercialização, servindo também para o autoconsumo da família. 7,1 dos participantes do PRONAF não soube ou não respondeu essa questão.

Segundo Maluf & Menezes (2015), são três os pontos norteadores da segurança alimentar: a qualidade nutricional dos alimentos e sua sanidade, ou seja, a ausência de componentes químicos que possam prejudicar a saúde humana; os hábitos e a cultura alimentar específicos de cada povo/comunidade; e a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a contínua capacidade de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Assim sendo, a possibilidade de o agricultor familiar produzir alimentos suficientes para comercializar e consumir contribui para a garantia da SAN da família que vai fazer uso de um alimento seguro produzido por eles mesmos sem uso de agrotóxicos, de forma sustentável, cuja variedade de alimentos e de preparação destes reforça a cultura alimentar local e, com a renda gerada pela comercialização, suprir as demais necessidades básicas do domicílio.

5.2 PRONAF: FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA E IMPACTO DO CRÉDITO NA PRODUÇÃO

Importante programa de apoio ao agricultor familiar, o PRONAF oportuniza melhores condições de renda, qualidade de vida e a manutenção do homem no campo. Assim, buscou-se conhecer o funcionamento do programa no município sob a perspectiva do gestor e, também avaliá-lo, levando em consideração os depoimentos dos produtores sobre o mesmo.

Segundo o gestor, o programa funciona atualmente no município em parceria com a Prefeitura Municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações. São ofertadas as seguintes linhas de crédito: PRONAF mulher, PRONAF jovem, PRONAF agroecologia, Agroamigo Sol, Agroamigo Mais e Agroamigo Crescer, sendo este último o mais solicitado pelos agricultores do município.

De acordo com o entrevistado, os agricultores são selecionados conforme o enquadramento na área de atuação, ou seja, se estes atendem aos requisitos da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que é categorizada nos principais grupos, que são: “Grupo A” ou “Grupo A/C”, “Grupo B” ou “Grupo V” (os grupos são diferenciados de acordo com o público alvo¹, finalidade e limites de crédito). Com relação ao repasse do recurso, o mesmo afirmou que ocorre a solicitação do crédito seguida de visita técnica in loco e, após burocracia existente nos procedimentos bancários, acontece a liberação do recurso.

Neste contexto de funcionamento do programa no município, buscou-se compreender a relação do agricultor com o programa, a forma como tomaram conhecimento do mesmo, as questões pertinentes ao financiamento, às dificuldades de acesso às informações necessárias sobre o programa e as encontradas para a solicitação, bem como, quais os motivos do financiamento. Por outro lado, sobre a produção investigou-se quais as dificuldades, os impactos após a inserção no programa e avaliação geral do programa. Ressalta-se que os resultados consideram o número de 14 agricultores que participam/participaram do programa.

No que concerne aos meios de conhecimento sobre a existência do programa, a maior parte dos entrevistados mencionaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (50%), Secretaria de Agricultura (7,1%), TV (7,1%), companheiros/associação/cooperativa

¹ Grupo A ou A/C: Assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF);

Grupo B: Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00 e mulheres integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupo A, AC e B do Pronaf.

Grupo V: Agricultores(as) que possuem renda variável e podem participar da linha de crédito do grupo B e das demais específicas como Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia (Banco Nordeste, 2016)

(7,1%). Também foram mencionados outros meios (64,3%) especificados como EMATER, Banco do Nordeste e Sebrae.

Observação semelhante foi realizada por Machado et al. (2017) onde constatou que o principal meio de conhecimento dos programas e projetos existente no município para com a classe dos agricultores familiares se dá por meio do sindicato e canais de comunicação como rádio e TV. Assim sendo, é possível verificar que a organização sindical e comunitária incentiva o fortalecimento como classe desses agricultores.

Nesta direção, Neumann e Fajardo (2017), destacaram que a importância do sindicalismo na agricultura familiar é histórica, desde a contribuição na consolidação do termo, até a atualidade na prestação de serviços e principalmente atuando com objetivo de representar e defender legalmente a categoria, desenvolvendo ações diretas de apoio ao agricultor familiar na busca por alternativas aos problemas locais e em outras escalas.

No que diz respeito a avaliação da dificuldade de acesso as informações necessárias para participar do programa, a maior parte dos participantes (64,2%) relatou que foi fácil/muito fácil conseguir as informações necessárias para a inserção no mesmo, enquanto outros 35,7% atestaram que foi difícil pela burocracia, dificuldades com a documentação, falta de assistência técnica e por não ter conhecimento de como funcionava empréstimos bancários.

Os entrevistados também foram questionados quando às dificuldades para a solicitação de financiamento, 14% dos participantes relataram que não houve nenhuma dificuldade. Dentre as dificuldades, foram mencionados burocracia (35,7%), não saber como acessar (7,1%), falta de assistência para elaboração do projeto (7,1%), outros 28,6% participantes relataram outras dificuldades as exigências do banco e a espera na solicitação.

O apontamento da burocracia como dificuldade para a aquisição do financiamento fica clara na fala do agricultor apresentada abaixo, bem como foi corroborada com a declaração do gestor do programa quando questionado sobre em quais aspectos o programa deve ser melhorado:

“Tipo assim... você fica dando várias viagem e a pessoa sempre adiando, adiando, marcando prazo, aquele negócio todo que você sabe como é que é a burocracia em si, desse jeito que a gente enfrenta.” (Agricultor 3, 2018)

“Sim, eu acredito que teria que ter um pouco mais de fiscalização e menos burocracia, só isso mesmo.” (Gestor Pronaf, 2018)

Um estudo realizado por Cerqueira e Rocha (2002) também verificou a grande burocracia enfrentada pelos participantes. Além disso, entre os fatores que dificultavam o acesso dos agricultores ao crédito estavam a formulação do projeto, considerada muito complicada, sendo necessário profissionais de assistência técnica especializados.

Segundo Coppetti (2008) a falta de assistência ou a baixa qualidade de assistência técnica, faz com que o agricultor não desenvolva seu projeto com sucesso. Por falta de assistência técnica, o agricultor passa a não alcançar os rendimentos previstos. Sendo assim, o programa deveria prever uma assistência técnica mais acessível e participativa, apoiando o desenvolvimento das atividades de acordo com os contextos produtivos locais, ou seja, com uma visão de sistema e não apenas burocrática.

Os motivos para a solicitação do financiamento, segundo os participantes, foram em maior prevalência para investimento (64,9%), seguido de custeio e investimento (28,6%) e outros (14,3%). Durante as entrevistas alguns agricultores especificaram a utilização do financiamento, a exemplo de perfuração de poços, comprar material de trabalho, construção de aviário.

“Sim, o Pronaf eu já fiz. Foi, o Pronaf eu fiz pra cavar um poço, em 2012. E entonce comprei uma terra pelo banco também, né. A minha terra foi comprada pelo banco.” (Agricultor 2, 2018)

“Pra cavar o poço e a construção de um galinheiro. E um aviário.” (Agricultor 4, 2018).

Nota-se que o investimento do crédito do programa, de forma significativa, é utilizado para atender às necessidades dos agricultores para a produção, viabilizando o enfrentamento das dificuldades encontradas para produzir, inclusive a que mais compromete a produção de alimentos no semiárido, a falta de acesso à água. Aproximado com os dados encontrados na presente pesquisa, um estudo realizado por Oliveira (2017) no Rio Grande do Norte, identificou o impacto da utilização do crédito do PRONAF na estrutura hídrica e na capacidade produtiva das famílias agricultoras pesquisadas.

Ainda sobre as dificuldades para produzir, apenas 14,3% dos participantes relataram não ter nenhuma dificuldade. Dentre as dificuldades relatadas, o acesso a água obteve 35,7% dos relatos, falta de assistência técnica 21,4%, falta de recurso/crédito 21,3% e outras dificuldades 64,3%, especificadas como o clima, estradas degradadas, transporte, pragas e falta de irrigação. Algumas dessas dificuldades também foram enfatizadas pelo gestor do programa, que relatou conhecer a realidade do produtor através das visitas às propriedades dos mesmos:

“...visitamos todos os agricultores diariamente, então a gente sabe todas as dificuldades que também não depende deles as vezes é um... São vítimas da sociedade, de políticas não empregadas, de fatores externos que a gente não domina, tipo seca, intempéries de forma geral.” (Gestor do Pronaf, 2018).

Chama-se atenção para que, apesar da permanência de relatos com tais dificuldades, a maioria dos participantes (64,3%) não mencionaram o acesso a água como uma dificuldade para produção, o que pode estar relacionado com o uso do crédito para a perfuração de poços e construção de cisternas, como mencionado nas falas anteriores.

Além disso, 78,6% não mencionaram o apoio técnico como um problema para a produção. Sobre o apoio técnico, a maior parte dos participantes (71,4%) declarou que recebe ou já recebeu apoio técnico para produção. Desses, 35,7% receberam apoio técnico por meio da associação, 21,4% pela EMATER, 21,4% pela prefeitura e 42,9% disseram receber por meio de outras instituições, dentre as quais, foram mencionadas, SEBRAE, SENAI, Banco do Nordeste e Prosperar.

O número significativo de participantes que relataram receber assistência técnica, pode estar relacionado com o próprio funcionamento do programa, pois são os técnicos responsáveis pelas orientações necessárias para a execução do projeto, bem como o acompanhamento e a fiscalização dos empreendimentos financiados. (OLIVEIRA, 2014).

O gestor do programa no município também ressaltou sobre o apoio técnico e diálogo com os participantes para o acompanhamento do fluxo de produção, segundo ele, esta orientação acontece tanto por meio de reuniões como pessoalmente, na propriedade do agricultor.

Além da existência da assistência técnica, também foi investigada a frequência desta após a inserção do programa e verificado que a maioria dos entrevistados relatou que aumentou (42,9%), outros que não mudou (42,8%), enquanto 14,3% consideraram que diminuiu muito.

Com relação ao aumento na produção após a inserção no programa, 100% dos participantes afirmou que houve aumento. O aumento da produção foi verificado na análise de Mattei (2005) em um trabalho de pesquisa, cujo objetivo geral era identificar possíveis impactos do PRONAF sobre a economia dos municípios. Na sua análise foram selecionados os 100 municípios que mais contrataram crédito entre os anos de 2001 e 2004. Observou-se que dos 100 municípios brasileiros que mais receberam crédito, 86% aumentaram a sua produção total.

Esta relação positiva do aumento da produção alimentar dos municípios, similar aos dados encontrados nesta pesquisa, provavelmente estar atrelada às melhores condições de infraestrutura que a disponibilidade de recursos possibilita, principalmente para o enfrentamento das dificuldades, como o acesso a água para a produção.

No que diz respeito à diversificação da produção após a inserção no programa, 92,9% afirmou passar a produzir alimentos diversificados, enquanto apenas 7,1% declarou continuar produzindo os mesmos alimentos. A fala abaixo expressa claramente a importância do microcrédito para potencializar a produção.

“Aumentou, a gente planta bem muito maracujá, devido a água, né? Porque fez o empréstimo pra fazer o poço que não tinha! Ai sem água não agoa nada, né?” (Agricultor 5, 2018)

Em um contexto mais completo, os entrevistados foram instigados a fazer uma avaliação global da produção após a inserção no programa. Obteve-se que todos os entrevistados declararam que houve melhora na produção, sendo que, destes, 28,6% afirmou ter tido excelente melhora, 42,9% avaliou que melhorou muito e 28,6% dos participantes avaliaram que melhorou pouco. Nenhum dos entrevistados relatou que não melhorou nada.

“Devido a chance da gente poder né comprar e o tempo de pagar. Porque o PRONAF a gente compra e tem o tempo de aumentar a produção pra pagar.” (Agricultor 6, 2018)

No que diz respeito a avaliação do programa, foi possível observar uma avaliação bastante positiva pelos participantes, sendo que 64,3% avaliou o programa como ótimo, 28,6% avaliou como bom e 7,1% como regular. Nos discursos coletados também ficou evidente o impacto do programa na qualidade de vida dos agricultores, o incentivo financeiro aliado à valorização do produtor fazendo com que este se sinta capaz de aumentar a produção, além da vantagem do programa em relação as menores taxas de juros ofertadas ao pequeno produtor.

“Ajudou muito a desenvolver o sítio da gente, nos deu coragem pra seguir em frente pq precisava de muito dinheiro pra investir no tanto que a gente já subiu agora, coisa que nem todo mundo tem coragem, ah pq o empréstimo é alto, não, eles nos deram coragem pra gente enfrentar e nos deram tempo pra gente investir esse dinheiro que eles nos emprestam pra gente com por exemplo 3 anos a gente ter o dinheiro de pagar pela colheita o que a gente consegue com ele no investimento no próprio sítio.”(agricultor 7, 2018)

“A gente tira, por exemplo, a gente tira cinco mil paga com dois e quinhento, é uma boa alternativa pro agricultor, é como ele aonde ele mais... arruma uma coisinha é no Pronaf.” (Agricultor 1, 2018)

Estas vantagens também foram ressaltadas pelo gestor do programa que, inclusive, destacou a relevância deste para a quebra do ciclo da pobreza:

“Bom, a maior vantagem que eu creio além do financeiro é a própria crescimento individual da unidade familiar, como falei, evitar o êxodo rural, quebrar o ciclo da pobreza, que isso é um fator determinante pra o programa ter sucesso e receber cinco mil e pagar com três, o financeiro é muito importante.” (Gestor Pronaf, 2018)

Diante disso, percebe-se a relevância do crédito para a capacidade produtiva dos agricultores, possibilitando uma melhor infraestrutura das propriedades, como também para a valorização destes, o aumento da renda familiar e conseqüentemente a melhoria na qualidade de vida dessas famílias.

Historicamente, o pequeno produtor rural de base familiar foi negligenciado pelas políticas públicas, porém ao longo dos anos ocorreram muitos avanços nesse cenário. Mattei (2015) reforça essas melhorias realizadas ao longo dos anos relacionadas ao funcionamento do Pronaf, como a inclusão de novos agricultores como beneficiários dessa política pública. Para ele, isto aconteceu devido a priorização do apoio à agricultura familiar na política de desenvolvimento rural do Governo Lula, em respeito às promessas feitas durante o período eleitoral.

Contudo, este cenário é incerto para os próximos anos decorrente das sucessivas ações de desmonte das políticas públicas em apoio à agricultura familiar desde o início do Governo Temer. Se acordo com Fossá et al (2018), há preocupação com relação a uma possível elevação da taxa de juros, especialmente para financiamentos de custeio.

5.3 CISTERNAS: FUNCIONAMENTO E AVALIAÇÃO SOB A ÓTICA DO AGRICULTOR

O Programa Cisternas tem comprovado impacto na produção de alimentos e, de forma mais abrangente, na garantia da segurança alimentar e nutricional. Assim sendo, buscou-se avaliar a condição de funcionamento deste programa no município, a produção agrícola dos participantes do programa e a avaliação destes sobre o programa, que serão apresentados sequencialmente.

Para os resultados referentes aos agricultores, tanto na produção quanto na avaliação do Cisternas, será considerado os seis participantes que declararam participar do Programa Cisternas e utilizar deste para a produção agrícola. Destaca-se que, quando questionados sobre as formas de acesso à água, sete agricultores que declaram utilizar água da cisterna para produção, todavia, um relatou que havia construído a mesma com recursos do Pronaf, portanto este não foi avaliado.

Acerca do funcionamento, houve dificuldade quanto à coleta de dados devido ao curto período de atuação do gestor entrevistado que, segundo o mesmo, também não recebeu relatório da gestão anterior para tomar conhecimento da situação do programa no município. Entretanto, o gestor relatou que atualmente o programa não está funcionando, mas que a secretaria está no aguardo da liberação de cadastros para a construção de 280 cisternas de placa com capacidade para 16 mil litros, as quais foram garantidas mediante emenda parlamentar, em parceria com a Funasa.

Questionado sobre como são selecionados os agricultores para a inserção no programa, o entrevistado descreveu que é realizado um cadastro e serão beneficiadas principalmente as pessoas que não tem cisternas ou que tem de pequeno porte que não caiba nem 10mil litros de água. Destacou uma relação dialogada com os agricultores neste processo de seleção, conforme retrata a fala a seguir:

“...Primeiramente a gente faz uma reunião com todos explicando o programa que eles se enquadram depois aquelas pessoas que se enquadram no programa a gente vai realmente orientar a questão do cuidado com a cisterna, questão do armazenamento de água, água da chuva que vem da calha, cuidado, tratamento, então tudo isso tem essa orientação.” (Gestor do Programa Cisternas, 2018)

Antes deste contato aproximado com a secretaria de agricultura relatado na fala, é necessário que os agricultores tomem conhecimento da existência do programa Cisternas, assim como de outros da mesma natureza. Para tanto, é importante conhecer os meios mais eficazes de comunicação com este público e, semelhantemente ao PRONAF, os dados apontam que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais sobressaiu enquanto canal de informação para os agricultores, sendo mencionado por 100% dos participantes do Programa Cisternas. Além deste, também foram citados companheiros/associação/cooperativa (16,7%).

Quanto a avaliação da dificuldade de acesso as informações necessárias para participar do programa, destaca-se que 66,7% dos participantes relataram que foi fácil

conseguir as informações necessárias para a inserção no mesmo, enquanto para 33,3% dos entrevistados do programa foi difícil pela falta de informação sobre o programa.

No que diz respeito às dificuldades para aquisição da cisterna, segundo os participantes, 50% deles relatou não ter tido nenhuma dificuldade, enquanto para outros 50% houve dificuldades para conseguir entrar no programa. Além disso, também foi destacada a demora para a conclusão da obra de construção da cisterna.

“Não, não houve muito porque, como eu disse, eu tava envolvido sempre no sindicato.” José Macêdo

A fala representativa dos participantes, expõe que, apesar da dificuldade, esta era amenizada devido a aproximação com o sindicato, facilidade o acesso às informações quanto aos prazos e exigências no cadastro para inserção no programa. Estes dados reforçam a importância da organização social, já discutida anteriormente, para o fortalecimento do âmbito agrícola.

Quanto às dificuldades para produção dentre os participantes do Cisternas, 50% relataram que dificuldades de acesso a água, falta de assistência técnica (33,3%), falta de recurso/crédito (33,3%) e outras dificuldades (50%) como o clima, transporte, irrigação e pragas. Tais dificuldades se distanciam dos resultados do PRONAF, considerando que, no Cisternas, mais pessoas relataram dificuldade de acesso à água.

Apesar do estranhamento do resultado, por presumir-se que o Cisternas possibilite o acesso à água, é possível refletir quais os fatores que influenciam neste resultado. Importa destacar que um percentual significativo dos participantes do PRONAF afirmou ter destinado o financiamento solicitado para a perfuração de poços, uma forma mais estável de acesso à água quando comparada às cisternas que, em períodos de seca, dependem do abastecimento de carros pipas, pela compra individual ou em parceria com a Operação Pipa².

Um estudo realizado por Oliveira (2018) no município de Jaçanã/RN, localizado próximo à Cuité/PB (11km), os agricultores estudados também relataram diferentes formas de acesso à água para disponibilidade diária desta. De forma a corroborar com o argumento da intensa utilização de carros pipas como forma de abastecimento das cisternas, o autor destacou que 86,66% utilizavam água proveniente da Operação Pipa.

² A Operação Pipa (OP) caracteriza-se como uma política pública de caráter emergencial o qual é responsável pelo fornecimento de água potável nos municípios que decretam situações de emergência ou de calamidade pública no aspecto hídrico, majoritariamente, esses municípios se localizam no Semiárido Brasileiro.

Além disso, o autor afirma que a utilização de poços artesianos é uma das formas mais ideais para a manutenção da plantação, apesar de seus resultados apresentarem um número reduzido destes (26,66%).

Assim, ao analisar conjuntamente os resultados do estudo citado e os do presente trabalho, pode-se observar uma relação inversamente proporcional em que quando há uma maior presença de poços artesianos, conseqüentemente, há menor utilização de carros pipas, considerada a estabilidade dos poços. Portanto, percebe-se que dentre os agricultores da feira agroecológica do município de Cuité o crédito do Pronaf contribuiu positivamente para a estruturação hídrica da produção destes.

A ocorrência de dificuldades não enfraquece a contribuição do Programa para os agricultores, tendo em vista que 100% dos participantes afirmou que com o apoio do Cisternas foi possível produzir em período de estiagem, como pode-se observar na seguinte fala:

“Consegue, que quando chover enche ela, aí passa o ano todinho, porque ela é grandona.” (Agricultor 5, 2018)

Sendo assim, as cisternas contribuem para o acesso à água de qualidade para consumo humano e para a produção de alimentos. Este fato reduziu a migração das famílias do campo para a periferia das cidades ou para outras regiões, causada principalmente pelos longos períodos de estiagem que periodicamente assolam a região do semiárido (CAMPOS; ALVES, 2014).

Ressalta-se ainda, o fato de mais da metade dos entrevistados (66,7%) afirmarem não receber apoio técnico, enquanto outros 33,3 atestou receber apoio técnico, de Associação (16,6%) e outro (16,6%) Prosperar. O resultado também difere do PRONAF que apresentou um percentual maior de participantes que recebem apoio técnico, o que pode ser explicado pelo próprio funcionamento do programa que oferta apoio técnico à medida que é liberado o financiamento, enquanto, o apoio técnico do Cisternas se faz mais presente durante a construção da própria cisterna.

Contudo, observa-se a necessidade de existir apoio técnico com frequência também na etapa de utilização da água, de modo que os agricultores sejam orientados quanto às formas alternativas de irrigação e utilização da água para produção, a fim de que haja economia e melhor uso da água. Diante disso, foi avaliada também a frequência de assistência técnica após a inserção no programa, para 33,3% dos participantes aumentou e 50% não mudou, 16,7% avaliou que diminuiu muito.

Observadas as condições de produção e apoio técnico dentre os participantes do programa, questionou-se quanto ao aumento na produção após a inserção no programa e 100% dos participantes afirmaram que houve aumento, como pode-se observar na seguinte fala:

“Aumentou mais. Porque tinha mais água pra trabalhar e assim mais alimento, né?” (Agricultor 8, 2018)

Esta declaração sustenta o argumento da relevância do programa como estratégia para o enfrentamento da seca de forma eficaz, que possibilita ao pequeno produtor uma produção agrícola estável e maior a fim de que possa vender em mais de um canal de comercialização, inclusive, os agricultores estudados neste trabalho que aumentaram a produção para venda na feira agroecológica do município de Cuité-PB.

No que diz respeito a diversificação da produção após a inserção no programa, a maioria dos participantes (83,3%), afirmou que passou a produzir alimentos diferentes dos que eram produzidos antes. Este majoritário aumento da diversidade da produção, contribui para a garantia da SAN semelhante e discutido com relação ao PRONAF, contribui para a garantia SAN quando disponibiliza ao consumidor alimentação de qualidade e variada que viabiliza o acesso aos diferentes nutrientes.

Quando avaliada a produção em uma perspectiva global, 66,7% avaliou que a situação da produção melhorou muito e 33,3% a situação da produção teve excelente melhora. A fala abaixo justifica a avaliação positiva dos entrevistados quanto à produção após a inserção do programa.

“Porque a gente tem muita água, planta muitas coisas, água doce, né, é bom, pra beber, pra cozinhar.” (Agricultor 9, 2018)

É possível refletir sobre a importância deste programa que permitiu o acesso à água, o aumento da quantidade e da diversidade da produção e, ainda, a estabilidade da produção em período de estiagem aos seus participantes, para viabilizar a participação destes produtores na feira agroecológica de Cuité. Assim, 66,7% avaliou o programa como ótimo e 33,3% avaliou como bom.

“É por causa que a gente já acumula água no depósito da cisterna, aí ali a gente já tem a água já pra levar pra plantação e serve pro consumo de casa. É tudo bom, do jeito que nós estamos nessa seca grande e não tendo água em casa.” (Agricultor 8, 2018)

“Ah ótimo, porque num tinha muito, graças a Deus eu tem, que eu num tinha as condições de fazer.” (Agricultor 9, 2018)

“Ótimo! (...)Porque se não fosse minha cisterna também tava sofrendo pra ter água, né?” (Agricultor 10, 2018)

Apesar da avaliação favorável do gestor que corrobora com a fala dos agricultores e afirma que o programa é muito bom, o mesmo fez uma crítica ao programa diante do número reduzido de cisternas direcionadas a cada município, inviabilizando a assistência a todos os agricultores:

“A vantagem é que vai chegar o benefício. A desvantagem é que talvez a gente não atenda a todo mundo, vai ficar gente de fora.” (Gestor do Programa Cisternas, 2018)

Os dados obtidos na pesquisa permitiram interpretar que o programa foi muito bem avaliado pelos participantes, bem como pelo gestor do programa no município. Não foram observadas, nos discursos coletados e nos questionários aplicados, reclamações ou críticas diretas às cisternas como tecnologia de armazenamento de água. Portanto, pode-se afirmar que o programa, bem como o conjunto de outros serviços públicos e outros programas de geração de renda, possibilitam a essas famílias incentivos concretos para permanecer em seu local de origem.

No entanto, pôde-se observar que a cisterna não supre toda a demanda de água necessária para viabilizar a produção dos agricultores, sendo o acesso a água, apontado por parte destes, como uma dificuldade para produzir. Portanto, fica evidenciada a necessidade de investimentos que proporcionem a ampliação complementar do acesso à água, bem como, a necessidade de apoio técnico disponível aos participantes do programa.

5.4 SEMENTES: FUNCIONAMENTO E AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DO PRODUTOR RURAL.

Semelhante aos programas anteriores, por reconhecer a importância individual de cada um, buscou-se avaliar, sob a perspectiva do gestor do Programa Sementes no município, a condição de funcionamento e a avaliação dos produtores sobre o respectivo programa.

De acordo com o gestor do Sementes, o programa está funcionando no município em parceria com o Governo do Estado e com articulação com a EMATER e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esta articulação funciona na distribuição das sementes, que ocorre uma vez ao ano, prevista no período de inverno, entregues a aproximadamente 550

agricultores atualmente, as quais são aderidos ao Garantia Safra, de acordo com cadastro disponível no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como relata na seguinte fala:

“Eles são identificados pelo cadastro que a gente faz anual de todos os agricultores que participam do programa garantia safra, então isso aí fica disponível no programa do MDA, né os agricultores que são aptos a ter direito a esses programas.” (Gestor do Programa Sementes, 2018)

Ainda acerca do funcionamento, relatou que são distribuídas sementes de milho, feijão e sorgo, cujo montante de sementes disponibilizadas para doação, quando divididas pelo número de agricultores participantes, dá em média 5kg de milho, 3kg de feijão e 1kg de sorgo. Além disso, o mesmo elucidou a importância do diálogo com os agricultores e que vá além da entrega da semente, conforme apresenta a fala abaixo:

“A gente faz reuniões, tem a parceria da emater que nos acompanha, né? Para orientar os agricultores como vai ser feita a distribuição(...)Essa proximidade eu acho muito interessante, que a gente possa tá, principalmente a secretaria de agricultura possa tá de lado do agricultor, porque é um meio que eles tem a ter acesso a esses programas e também as informações, questão de assistência técnica, então a gente tem a parceria com a emater que nos dá esse suporte.” (Gestor do Programa Sementes, 2019)

Entretanto, entende-se que o diálogo com o agricultor familiar se inicia até antes da inserção deste no programa, à exemplo de como eles têm acesso à informação sobre os programas voltados para a agricultura, tanto dos benefícios que estes podem lhes trazer, quanto as formas de participação e os critérios de seleção. Assim, no que diz respeito aos meios de conhecimento sobre a existência do programa, semelhante ao que foi visto no Programa Cisternas e PRONAF, a maior parte dos entrevistados referiram-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (71,4%), Secretaria de Agricultura (7,1%), companheiros/associação/cooperativa (7,1%), e outros meios (28,6%) como rádio, EMATER e Seguro Safra.

No que concerne as dificuldades de acesso as informações necessárias para participar do programa, ressalta-se que a maioria dos participantes atestou que foi fácil/muito fácil (92,8%) conseguir as informações necessárias para a inserção no mesmo, enquanto 7,1% considerou que foi difícil porque a informação é restrita para chegar até a localidade em que reside.

“Porque a gente mora na zona rural, como você sabe, a informação aqui, ela é um pouco restrita pra chegar até aqui. Então a gente tem que tá se deslocando até Cuité, procurando alguém e sempre tem que a gente ir atrás das pessoas que a gente sabe que tem o conhecimento desses programas, então é dessa maneira que a gente obtém informação.” (Agricultor 11, 2018)

Não foi relatada nenhuma dificuldade quanto a aquisição das sementes do programa para 85,7% dos entrevistados. No entanto, 21,4% relatou dificuldades como a falta de regularidade na entrega e a falta de informação sobre o prazo de entrega que gera instabilidade para o plantio do pequeno produtor. Além destas, outras dificuldades foram relatadas pelos agricultores e pelo gestor, as quais serão discutidas mais adiante.

Em relação às dificuldades especificamente de produção descritas pelos agricultores que participam ou já participaram do programa, foram relatados o acesso a água (42,9%), falta de assistência técnica (21,4%), falta de recurso/crédito (21,4%) e 71,4% relatou outras dificuldades, dentre estas, foram citadas: falta de irrigação, o clima, as pragas, poucos locais para escoamento da produção, estradas desgastadas, falta de sementes de boa qualidade, espaço para produção e transporte.

Os resultados reforçam a dificuldade do acesso à água que é comum entre os agricultores do semiárido e, ainda, apresenta duas fragilidades que merecem destaque quando se trata dos participantes do Programa Sementes, a saber: a permanência da falta de assistência técnica e a má qualidade da semente.

O fato é que 21,4% dos entrevistados declararam a falta de assistência técnica como dificuldade, ainda que 71,4% dos participantes do programa tenham declarado já ter recebido assistência técnica após a inserção do programa. No que concerne a avaliação da frequência de assistência técnica após a inserção no programa, destaca-se que segundo 50% dos participantes a frequência de assistência técnica não mudou, seguido de 28,6% dos participantes que avaliaram que aumentou, para 14,3% diminuiu muito e 7,1% declarou que nunca recebeu assistência técnica.

Assim sendo, já reconhecida a importância da assistência técnica rural, pode-se refletir que a mesma, apesar de significativa, ainda não é suficiente para todos os participantes do programa. Ressalta-se que a entrega das sementes no município de Cuité é realizada pela EMATER em parceria com a Prefeitura Municipal, o que, segundo Londres (2014), pressupõe que o agricultor receba, concomitantemente, orientações desde o plantio até o armazenamento, haja vista a distribuição de sementes ser realizada pela empresa de Assistência Técnica Rural - ATER.

A outra fragilidade destacada foi a má qualidade da semente, bem representada na fala do agricultor 11 (2018) ao afirmar que *“tá muito difícil da gente encontrar uma semente de boa qualidade pro nosso uso no plantio.”* As reflexões acerca da qualidade das sementes também foram realizadas pela autora anteriormente citada, que observou como prática comum na região Nordeste a execução de políticas públicas baseadas na

difusão em larga escala de uma ou poucas variedades de sementes comerciais melhoradas. Em geral, e até de forma questionável por defender a má qualidade das sementes locais, essas políticas partem do pressuposto técnico de que a substituição dessas sementes por variedades comerciais poderia conferir aumentos de produtividade, melhoria de renda e segurança alimentar das famílias.

O Grupo de Trabalho em Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia (GT-Bio/ANA), em 2007, fez críticas e propostas ao Programa, dentre as quais estava a contradição entre a proposta do programa, que pregava a preocupação com a revalorização das sementes crioulas nos territórios rurais e, por outro lado, as “características bastante convencionais” baseadas na distribuição de “sementes de algumas poucas variedades comerciais da Embrapa produzidas em sistemas agroquímicos e tratadas com agrotóxico” (ANA, 2007 apud CUNHA, 2013).

Reforçando esta desvalorização da semente local, quando questionado sobre a existência de diferenças entre os tipos de sementes distribuídas pelo programa, o gestor do Sementes no município explicou, em uma tentativa de diferenciação entre as sementes distribuídas e as sementes do produtor, um olhar equivocado que subestima as sementes locais, como apresenta a fala abaixo:

“Sim, há uma diferença porque a semente natural que o agricultor tem muitas vezes é uma semente mais fraca e essa é uma semente tratada, escolhida o grão é bem melhor pra se produzir.” (Gestor do Programa Sementes, 2018)

Essa fala do gestor se contrapõe a proposta do Grupo anteriormente citado de que o convênio do MDA não fosse celebrado exclusivamente com a Embrapa e seus produtores já conveniados, mas com os agricultores familiares produtores de sementes crioulas ou de variedades registradas adaptadas, investindo além disso nas unidades produtivas e de beneficiamento destes agricultores (ANA, 2007 apud CUNHA, 2013). A fala do agricultor abaixo, por sua vez, encontra-se afinada com o posicionamento do Grupo, inclusive apontando os benefícios da semente local e a importância do diálogo entre governo e agricultor familiar para a produção e comercialização de sementes.

“Bom seria se a semente o governo comprasse a nós agricultores, porque na hora que compra a eu, a um vizinho, a gente sabe o que tá plantando. Aí vem uma semente lá de fora e ninguém sabe nem que semente é essa, pode vim uma transgênica inserir aqui no meio de nós e, segundo ouvi dizer, se tiver um plantio transgênico aqui que se também tiver semente crioula, diz que faz aquele cruzamento, que eles chamam. Aí desgraça tudo, as sementes não fica crioula mais, mó de a polinização, aí prejudica. Aí o grande medo é esse, vim semente de lá e nós não conhece qual é a transgênica... E era pra comprar a quem? Aos agricultores, principalmente a nossa semente crioula.” (Agricultor 12, 2018)

Discutida a qualidade da semente para a o plantio, buscou-se analisar a situação da produção do pequeno produtor após a inserção no programa com relação a aumento da produção e da diversidade desta. No que diz respeito ao aumento na produção, 57,1% dos participantes afirmou que houve aumento, enquanto 42,9% relatou não ter acontecido aumento na produção após a inserção no programa. As falas abaixo representam, respectivamente, os agricultores que declararam haver aumento e os que negaram, sob a justificativa da limitada disponibilidade de sementes distribuídas pelo programa:

“A gente produzia mais pouco...com as sementes a gente plantou mais, plantou mais um pouco.” (Agricultor 9, 2018)

“Não, porque a semente é muito pouca. Eles dão 2kg, 3 kg de milho... Num dá pra plantar quase nada 3kg de milho. É muito pouco.” (Agricultor 12, 2018)

Esta limitação da quantidade de sementes relatada pelos agricultores, também foram mencionadas pelo gestor ao apontar algumas fragilidades no funcionamento do programa no município, como expresso na seguinte fala:

*“Bem, as dificuldades é que ainda tá pequeno, na minha opinião é que seria maior, se pudesse vim mais sementes. Porque a gente tem em média 5 kg de milho para um agricultor e ele planta 20 kg, 30 kg de milho e então esse programa as dificuldades que tem é que vem pouca semente para muitos agricultores(...) **Porque as sementes são limitadas, então a gente não consegue atender todos os agricultores do município**, aqui a gente tem em média uns 2000 mil agricultores ou mais, né? Dentro do programa a gente só atende 500 e poucos, por aí, nessa média.” (Gestor do Programa Sementes, 2018 – grifo meu)*

Quanto ao aumento da diversificação da produção, para 64,3% dos entrevistados as sementes distribuídas pelo programa não foram suficientes, o que pode ser justificado pela limitada variedade de sementes distribuídas pelo programa, limitando-se ao milho, feijão e sorgo, como foi relatado nas seguintes falas:

“Não, porque ele só libera milho e feijão e às vezes vem o sorgo.” (Agricultor 12, 2018)

“Não, porque sempre as sementes distribuídas são as mesmas que a gente já utiliza no plantio.” (Agricultor 11, 2018)

Contudo, 35,7% dos pesquisados relatou positivamente que após a inserção no programa houve o aumento da diversificação da produção, pois foi possível a desoneração da renda, sendo viável comprar outros tipos de cultivo, como é possível verificar nos relatos a seguir:

“Sim, é porque o seguinte, aí no lugar de eu comprar o milho e feijão, eu comprava outras sementes.” (Agricultor 10, 2018)

“Porque ajuda a gente, em vez da gente comprar as sementes já compra outra coisa com o dinheiro, já pode comprar outro tipo de semente das que o governo não dá.” (Agricultor 13, 2018)

Considerando que para a maior parte dos participantes a inserção no programa não é suficiente para uma produção diversificada, tornou-se pertinente a compreensão sobre quais as outras fontes de posses de sementes. Neste sentido, verificou-se que 85,71% compram sementes e 78,6% adquirem sementes do próprio alimento. Destacada a possibilidade do entrevistado declarar diferentes fontes de origem das sementes.

Em um contexto mais completo, os entrevistados foram instigados a fazer uma avaliação global da produção após a inserção no programa. Verificou-se que dos entrevistados que declararam que houve melhora na produção (85,7%), sendo que 7,1% afirmou ter tido excelente melhora, 35,7% avaliou que melhorou muito e 42,9% dos participantes avaliaram que melhorou pouco. Entretanto 14,3% dos entrevistados relatou que não melhorou nada, embasado na instabilidade na distribuição das sementes, conforme relatado abaixo:

“A semente é que nem eu disse a você é um ano e outro não. Esse ano vem, passa dois, três anos, não vem, aí eu acho que não melhorou não. Manda um ano e passa 5/4 anos sem mandar. (Agricultor 12, 2018)

Essa instabilidade foi marcante nos discursos dos entrevistados quando questionados sobre a avaliação do programa, cujos resultados foram: ótimo (21,4%), bom (71,4%) e regular (7,1%). Entre as entrevistas, os agricultores apontaram a fragilidade no atraso do período de entrega das sementes, retratando o fato de receberem após terem iniciado o plantio com suas próprias sementes. Isto fica claro nas seguintes falas:

“Porque o governo federal ele tem que antecipar mais, logo no início das chuvas pra os agricultor ter mais acesso essa semente. Muitas vez no fim do inverno, quando o inverno tá se acabando é que eles utiliza essa semente dos agricultor quando já tá no fim do inverno, aí já não adianta mais, que o agricultor ele já comprou a semente, as vez ele tem em casa um pouquinho guardado, mas se ela viesse mais antecipada pro agricultor...” (Agricultor 14, 2018)

“Bom bom que ajuda, né, quando ele chega no período mesmo que tá da do inverno da gente plantar, é bom, agora quando já chega no final ai... porque tem... uns anos ai tava chegando já no final, todo mundo já tinha plantado, mas quando ele chega no começo da chuva, é bom demais que você aquele legume você num planta, já vem selecionado tudo, é bom demais.” (Agricultor 9, 2018)

Essa instabilidade do período de entrega das sementes também foi observado em um estudo realizado por Macedo (2010) foi relatado que, em anos de pouca chuva, este

atraso pode comprometer o plantio e a produção, ao analisar o atraso das sementes no Cariri devido ao fato de os municípios terem precisado buscá-las na Embrapa Semiárido, em Petrolina – PE. Além de prejudicar a produção, ocorre o desperdício/perda de sementes que chegaram em um período inapropriado.

Os resultados até agora apresentados, ainda que apontem algumas fragilidades do programa, reforçam o impacto positivo do programa na vida dos agricultores familiares e, portanto, sua importância para o município como retratado pelo próprio gestor na fala abaixo:

*“Bem, é como eu falei, é muito importante porque tem pessoas que não tem condições de comprar as sementes e esse programa chega numa boa hora.”
(Gestor do Programa Sementes, 2018)*

Face ao exposto, percebe-se uma avaliação muito positiva do programa, tanto dos participantes como do gestor. Evidenciando a importância do acesso às sementes recebidas pelos agricultores na estabilidade da produção, sobretudo daqueles que dependem exclusivamente destas. No entanto, foram observados aspectos contrários aos objetivos do programa, como o da distribuição de sementes geneticamente modificadas, produzidas pela Embrapa, visando promover o aumento da produtividade, o que se contrapõe com a ideia da conservação das sementes locais e acaba levando à substituição das sementes crioulas pelas sementes modificadas.

Outro aspecto contraditório diz respeito a formação dos bancos de sementes comunitários que, sem avanços significativos para a formação destes, gerou e continua gerando dependência dos agricultores aos programas governamentais para posse de sementes no curto período de chuvas do semiárido paraibano. Este fato pode estar relacionado com a falta de orientação necessária para o armazenamento, bem como, o tipo de semente distribuída, visto que sementes modificadas não mantêm a mesma produtividade quando replantadas (MACEDO, 2010).

Sendo assim, é incontestável a relevância do programa para o pequeno produtor, no entanto, é necessário reconhecer que o mesmo apresenta fragilidades em um dos seus principais objetivos que é garantir a autonomia dos agricultores familiares, bem como na viabilização da estabilidade da produção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo verificou a contribuição de programas de incentivo à produção da agricultura familiar para o fortalecimento da Feira Agroecológica Municipal de Cuité-PB, bem como o aumento da produção e da diversidade desta que possibilita tanto a comercialização quanto o autoconsumo. O desenvolvimento da pesquisa foi considerado bem sucedido devido ao alcance dos seus objetivos na sua totalidade, apesar da dificuldade de compreensão do funcionamento dos programas no município atualmente, especialmente do Programa Cisternas.

Confirmando a hipótese do estudo, observou-se que os programas foram avaliados positivamente pelos participantes, porém, visualizou-se que os mesmos encontram algumas burocracias para a inserção nos programas. Porém, foi visto que para facilitar a difusão do conhecimento acerca desses programas e contribuir com a orientação nos processos burocráticos contam com a presença marcante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Além disso, percebeu-se que a maior parte dos agricultores relataram distintas formas de armazenamento de água, prevalentemente por meio de poços artesianos e cisternas, muito embora ainda tenha sido mencionada a dificuldade de acesso a água devido a condição climática do semiárido, caracterizado por longos períodos de estiagem. No entanto, esta dificuldade também pode estar relacionada a problemática da falta de assistência técnica relatada por parte considerável dos participantes dos programas, que poderiam contribuir com orientações de métodos alternativos para melhor aproveitamento da água.

Face ao exposto, é necessário que haja outros estudos que analisem as formas de disponibilidade diária da água, assim como, verifique o modo de abastecimento das cisternas e os custos para o produtor. Além disso, diante do número reduzido de participantes, recomenda-se também aumentar a pesquisa para alcançar uma quantidade maior de produtores participantes dos respectivos programas no município.

A análise deste estudo mostrou resultados relevantes no que concerne ao impacto de políticas públicas para a potencialização da produção e, conseqüentemente, para o fortalecimento do sistema agroalimentar local. Percebe-se que a articulação dos diferentes programas aqui analisados promovem melhores condições de vida, soberania e segurança alimentar e nutricional da população rural. Desta forma, ressalta-se a necessidade de ampliar o acesso a essas políticas, de forma menos burocrática, a todos os agricultores.

Bem como, é de fundamental importância o fortalecimento desses programas em um cenário de recorrentes ações de desmonte de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A M; GARCIA, J R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda têm alguma chance como agricultores? In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. Cap. 2. p. 29-70.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229p.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015 : avanços e desafios**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (mda), 2015. 113 p.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano nacional de segurança alimentar e nutricional**. 2016. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PLANSAN-2016.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar**. 2014. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>>. Acesso em: 26 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. 2013. 104 p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006**. POLÍTICA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDIMENTOS RURAIS. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 14 de outubro de 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm> Acesso em: 14 de outubro de 2018.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. **Anthropológicas**, [s.i.], v. 23, n. 1, p.89-112, 2012.

CAMPOS, A; ALVES, A M. O programa água para todos: ferramenta poderosa contra a pobreza. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira da. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 467-491.

CARNEIRO, Fernando et al. Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CERQUEIRA, P.S.; ROCHA, A.G. A agricultura familiar e o PRONAF: elementos para uma discussão. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 105-117, 2002.

COPETTI, L D. **Fatores que dificultam o acesso dos agricultores familiares às políticas de crédito rural: o caso do Pronaf-crédito no município de Alegria-rs**. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CUNHA, F. L. **Sementes da paixão e as Políticas Públicas de distribuição de sementes na Paraíba**. Seropédica-RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 127-157, 2010.

FEITOSA, O L. **Os impactos do PRONAF aos agricultores familiares na Colônia do apiaú em Mucajaí-RR**. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociedade e Fronteira, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-PR, 2015.

FERNANDES, G B. Sementes crioulas, variedades e orgânicas para a agricultura familiar: da exceção legal à política pública. In: SAMBUICHI, R H R et al (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017. Cap. 11. p. 327-358.

FOSSÁ, J L et al. Percepções de trabalhadores da cooperativa de crédito rural Cresol Chapecó: um estudo de caso sobre o PRONAF. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar / Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre - Rs, v. 1, n. 1, p.75-104, 2018.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no Município de Constantina/RS. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 1, p. 85102, 2007.

GRISA, C.; JUNIOR, V. J. W.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.52, no.2, Brasília, 2014.

HERNÁNDEZ, C. O. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). **Repercussões do programa bolsa família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro: Ibase, 2008. 79 p.

KEPPLE, A. W. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional: Relatório 2014**. Brasília, DF: FAO, 2014.

LIMA, F; MELO, F; SOARES, L. A territorialização do programa Bolsa Família na comunidade rural Sítio Carnaubal – Água Nova/RN: a voz dos beneficiários. **Got - Journal Of Geography And Spatial Planning**, [s.l.], n. 12, p.179-203, 30 dez. 2017. CEGOT - Center of Studies on Geography and Spatial Planning. <http://dx.doi.org/10.17127/got/2017.12.008>.

LONDRES, Flávia. **As sementes da paixão e as políticas de distribuição de sementes na Paraíba**. Rio de Janeiro: Aspta, 2014. 83 p.

MACEDO, R.C. Relatório de Avaliação das Ações de Criação, Incentivo e Fortalecimento de Bancos de Sementes Comunitários ou Municipais na Paraíba. **Relatório de Consultoria PNUD/MDA – Projeto BRA/06/010**. João Pessoa: [s.n.], março de 2010. 24 p

MALUF, R S; MENEZES, F. Caderno Segurança Alimentar. **Caderno Segurança Alimentar**, [s.i.], v. 1, n. 1, p.1-52, 2015.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do Pronaf no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 1, p.6-20, 2015.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2005. 136 p.

MACHADO, L C et al. Report of experience of the family farmer research group: historical construction, public policies, effectiveness and contradictions. **Reonfacema.**, Caxias, v. 3, n. 2, p.537-541, 2017.

MEDRONHO, R. A. et al. **Epidemiologia**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

NAVARRO, Z; PEDROSO, M T M. A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. **Rev. Econ. Ne**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p.6-17, 2014.

NEUMANN, E; FAJARDO, S. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: Reflexões sobre as contribuições do Sindicalismo Rural na agricultura familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 20, n. 37, p.253-277, 2017.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados**, v. 29, n. 83, p. 183-207, 2015.

OLIVEIRA, B R G. **O impacto do Pronaf semiárido em empreendimentos rurais do semiárido potiguar: Um estudo comparativo nas microrregiões do Seridó Oriental e da Serra de Santana**. 2017. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Currais Novos, 2017.

OLIVEIRA, M B R. **PRONAF, UMA "NOVA" FORMA DE MODERNIZAR::** uma análise no município de Barra de Santana-PB. 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

OLIVEIRA, R T. **Condições de vida e acesso às Políticas Públicas: o olhar dos agricultores familiares do município de Jaçanã-RN**. 2018. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Nutrição, Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Educação e Saúde, Cuité, 2018.

PALMEIRA, P A; SANTOS, A B M V (Org.). **Um olhar para a nossa cidade: condições de vida, insegurança alimentar e saúde da população do município de Cuité**. Campina Grande: Edufcg, 2015. 126 p.

PEREIRA, A. B. A. S. **AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E CULTURA ALIMENTAR: Hábitos e Práticas alimentares das Famílias Rurais da Linha Simonetti - Ivorá/RS**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS.

SANTANA, V. L.; ARSKY, I. C. Aprendizado e inovação no desenho de regras para a implementação de políticas públicas: a experiência do Programa Cisternas. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 2, p. 203-226, 2016

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista Alasru**, América Latina, v. 1, n. 9, p. 21-52, 2014.

SCHNEIDER, S; MATTEI, L; CAZELLA, A A. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In. SCHNEIDER, S; SILVA, M K; MARQUES, P E M (Org.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, s/Ed., 2004.

SILVA, H F A et al. O Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar - PNSMAF - uma esperança para soberania e segurança alimentar. In: VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO, X CONGRESSO BRASILEIRO, V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO, 10., 2018, Brasília. **Caderno de Agroecologia - anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF**. Brasília: Congresso Latino-americano de Agroecologia, 2018. p. 1 - 7.

SILVA, M. J. R et al. Agricultores familiares e cientistas: diálogo de saberes sobre as variedades crioulas de milho no estado da Paraíba. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, p. 3437, 2017.

SOUZA, C B; CAUMÉ, D J. Crédito rural e agricultura familiar no Brasil. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46., 2008, Rio Branco. **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco: SOBER, 2008. p. 2 - 21. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/882.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, [s.l.], v. 21, n. 64, p.61-78, mar. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782016216404>.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES DA FEIRA AGROECOLÓGICA.

Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB” – Núcleo Penso/UFCG

Entrevistador: _____ N° Questionário: _____

Data da Entrevista: ____/____/____

MÓDULO 1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1 Nome: _____

1.2 Qual sua idade: _____

1.3 Endereço: _____

1.4 Sexo: 1.() Masculino 2.() Feminino

1.5 Raça: 1.() Branco 2.() Amarelo 3.() Negro 4.() Pardo 5.() Indígena 99.() NR/NS

1.6 Estado Civil: 1.() Solteiro 2.() Casado 3.() Relação Estável 4.() Viúvo(a) 5.() Separado 99.() NR/NS

6.() Outro (especifique): _____

MÓDULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMERCIALIZADA

2.1 - O terreno utilizado para a produção de alimentos é de sua propriedade?

1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

Se não, qual a forma de negociação da propriedade?

1.() Arrendatário 2.() Contrato de parceria 3.() 2/3 4.() Meeiro 99.() NS/NR

2.2 – Como é o acesso à água para produção nesta propriedade?

1.() Poço Artesiano

2.() Cisterna

3.() Cisterna Calçadão

4.() Barragem

5.() Outro. Qual? _____

99.() NR/NS

2.3 – Há participação de trabalhadores contratados na produção? 1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

Se sim, responda:

2.3.1 Quantos? _____

2.3.2 Qual a forma de pagamento? 1.() Diário 2.() Semanal 3.() Quinzenal 99.() NS/NR

2.3.3 Qual o valor deste pagamento (individual)? _____

2.4 – A agricultura familiar é a única fonte de renda da família? 1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

Se não, quais as outras fontes de renda? _____

2.5 – O que você produz (MÊS)?

ALIMENTO	QUANTIDADE/MÊS

2.6 – Os alimentos produzidos são exclusivos para comercialização?

1.() Sim 0.() Não 3.() NR/NS

Se não, qual o outro destino dos produtos?

2.7 – Houve aumento na produção para comercialização nesta feira?

1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

2.8 – Existe outro local em que você comercializa seus produtos? 1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS*Se a resposta for não, pule para pergunta 2.10.***2.9 Em que locais você costuma comercializar seus produtos além desse?**

1.() Feira Livre

2.() Na própria casa ou propriedade

3.() Atravessador

4.() Governo municipal, estadual ou federal Especifique: _____

5.() Outra forma de venda Especifique: _____

99.() NS/NR

2.10 – Recebe/recebeu apoio técnico (orientação/material) para a produção?

1.() Sim 2.() Não 99.() NR/NS

Se sim, de quem recebe apoio técnico? (pode marcar mais de um e deve especificar qual o apoio)

1.() Associação Especifique: _____

2.() Cooperativa Especifique: _____

3.() Prefeitura Especifique: _____

4.() EMATER Especifique: _____

5.() Outro Especifique: _____

99.() NR/NS

2.11 – Quais são as suas principais dificuldades para produzir?

1.() Nenhuma

2.() Acesso a água

3.() Terras fracas ou degradadas

4.() Falta de Assistência Técnica

5.() Recurso/acesso ao crédito

6. Outro – Especifique: _____

99.() NR/NS

2.12 – Apesar das dificuldades, o Sr. (a) consegue produzir o ano inteiro? 1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS*Se a resposta for sim, pular para a pergunta 2.14***2.13 – Se não, quais os motivos da NÃO produção?**

1.() Falta de adubo

2.() Falta de semente

3.() Período de chuva/seca

4.() Sazonalidade/entressafra

99.() NR/NS

6. Outro – Especifique: _____

2.14 – O Sr. (a) já ouviu falar em alimentos orgânicos? O que você entende por orgânicos?_____
_____**2.15 – Nesta feira específica, você comercializa esse tipo de alimento (ORGÂNICO)?**

1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

2.16 – Existe a utilização de algum tipo de defensivo agrícola na produção dos alimentos?

1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

Se sim, qual(is)? _____

Se não, como faz o controle de pragas? _____

2.17 – Como ocorre a posse das sementes utilizadas para a produção dos alimentos?

1.() Através de compra

- 2.() Dos próprios alimentos produzidos
 3.() De órgãos públicos
 4.() Doações
 5.() Outras (especifique) _____
 99.() NR/NS

2.18 – Você sabe de onde vem as sementes que você usa? 1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

Se sim, de onde? _____

2.19 - O que você entende por transgênico? _____

MÓDULO 3 – POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DO MODELO DE CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO

3.1 – Em sua opinião, por que as pessoas compram os produtos da agricultura familiar?

- 1.() Qualidade
 2.() Preço
 3.() Valorização do produto rural
 4.() Interesse pela questão ambiental
 5.() Busca por produtos naturais
 6.() Outros. Quais? _____
 99.() NR/NS

3.2 – Quais são as VANTAGENS de fazer parte da feira específica?

3.3 – Quais são as DESVANTAGENS de fazer parte da feira específica?

3.4 – O que o Sr. PERCEBE de diferente entre esta forma de comercialização (feira agroecológica) e as outras?

3.5 – Quais são os DESAFIOS para manter e fortalecer esse tipo de venda de comercialização?

MÓDULO 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

4.1 – O Sr. (a) participa/participou dos programas do governo? 1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

4.2 – Quais?

PROGRAMA	PARTICIPA/PARTICIPOU?	COMO AVALIA?
PRONAF	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.() NR/NS Por quê?
CISTERNAS	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.() NR/NS Por quê?
DISTRIBUIÇÃO SEMENTES	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.() NR/NS Por quê?
PAA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.() NR/NS Por quê?
PNAE	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	1.() Ótimo 2.() Bom 3.() Regular 4.() Ruim 5.() Péssimo 99.() NR/NS Por quê?

MÓDULO 5 – PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

5.1 – Como ficou sabendo da existência desse programa?

PRONAF 0.() NA	1.() Sindicato dos agricultores) Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 2.() 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS
Sementes 0.() NA	1.() Sindicato dos agricultores 2.() Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS

Cisternas 0. () NA	1.() Sindicato dos agricultores) Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS
PAA 0. () NA	1.() Sindicato dos agricultores 2.() Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS
PNAE 0. () NA	1.() Sindicato dos agricultores 2.() Secretaria de Agricultura/Governo 3.() Televisão	4.() Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.() Outros Especifique _____ 99.() NR/NS

5.2 - Como foi para o Sr.(a) CONSEGUIR AS INFORMAÇÕES necessárias para participar do _____ (como participar, documentos necessários, etc)?

PRONAF 0.() NA	1.() Muito Difícil 2.() Difícil 3.() Fácil 4.() Muito Fácil 99.() NR/NS Se difícil, por quê?
Sementes 0.() NA	1.() Muito Difícil 2.() Difícil 3.() Fácil 4.() Muito Fácil 99.() NR/NS Se difícil, por quê?
Cisternas 0.() NA	1.() Muito Difícil 2.() Difícil 3.() Fácil 4.() Muito Fácil 99.() NR/NS Se difícil, por quê?
PAA 0.() NA	1.() Muito Difícil 2.() Difícil 3.() Fácil 4.() Muito Fácil 99.() NR/NS Se difícil, por quê?
PNAE 0.() NA	1.() Muito Difícil 2.() Difícil 3.() Fácil 4.() Muito Fácil 99.() NR/NS Se difícil, por quê?

5.3 – Houve AUMENTO NA PRODUÇÃO depois que o Sr. (a) começou a participar do programa _____ ?

PRONAF	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS
Sementes	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS
Cisternas	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS
PAA	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS
PNAE	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

5.4 – Houve aumento da DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO depois da participação no programa _____ ?

PRONAF	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	Se sim, quais?
Sementes	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	Se sim, quais?
Cisternas	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	Se sim, quais?
PAA	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	Se sim, quais?
PNAE	0. () NA	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS	Se sim, quais?

5.5 - Após a inserção no _____ como ficou a FREQUÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA para produção?

PRONAF 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS
Sementes 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS
Cisternas 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS
PAA 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS
PNAE 0.() NA	1.() Diminui muito 2.() Diminuiu 3.() Não mudou 4.() Aumentou 5.() Aumentou muito 99.() NR/NS

MÓDULO 6 – PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

Este módulo só é respondido pelos agricultores que afirmaram participar dos programas: PRONAF, DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E CISTERNAS

6.1 - Com a participação no _____, como o Sr(a) AVALIA A SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO?

PRONAF 0. () NA	Sementes 0. () NA	Cisternas 0. () NA
1.() Não melhorou nada 2.() Melhorou pouco 3.() Melhorou muito 4.() Teve excelente melhora 5.() NR/NS	1.() Não melhorou nada 2.() Melhorou pouco 3.() Melhorou muito 4.() Teve excelente melhora 5.() NR/NS	1.() Não melhorou nada 2.() Melhorou pouco 3.() Melhorou muito 4.() Teve excelente melhora 5.() NR/NS
Se melhorou, especifique em quê: _____	Se melhorou, especifique em quê: _____	Se melhorou, especifique em quê: _____

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do PRONAF

6.2 – Houve dificuldades para solicitação do financiamento do PRONAF?

- 1.() Nenhuma dificuldade
 2.() Não saber como acessar
 3.() Burocracia
 4.() Falta de assistência técnica para elaboração do projeto
 6.() Outro: _____
 99.() NR/NS

6.3 - Para que foi solicitado o financiamento do PRONAF?

- 1.() Custeio
 2.() Investimento
 3.() Custeio e investimento
 4.() Outros – Especifique: _____
 99.() NR/NS

PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS

Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do PROGRAMA CISTERNAS

6.4 – Houve dificuldades para a aquisição da cisterna do programa?

- 1.() Nenhuma dificuldade
 2.() Não saber como acessar
 3.() Burocracia
 4.() Outro: _____
 99.() NR/NS

6.5 – O acesso a esse programa permitiu a produção de alimentos em períodos de estiagem?

- 1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

PROGRAMA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS

Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES

6.6 – Houve dificuldades para a aquisição das sementes do programa?

- 1.() Nenhuma dificuldade
 2.() Não sabe como acessar
 3.() Burocracia
 4.() Outro: _____
 99.() NR/NS

6.7 – As sementes adquiridas pelos órgãos públicos são suficientes para uma produção diversificada?

- 1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS

MÓDULO 7 – PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

7.1. Participa atualmente do ?	7.2. Qual a FORMA DE PARTICIPAÇÃO?	7.2. Quais os PRODUTOS COMERCIALIZADOS?	7.3. Periodicidade de entrega:
PAA 99.() NA 1.() Sim 0.() Não	1.() Individual 2.() Grupo Informal 3.() Associação/Cooperativa 99.() NS/NR	Produtos comercializados: <hr/> <hr/> <hr/>	1.() Semanalmente 2.() Mais de 1x por semana 3.() Quinzenalmente 4.() Mensalmente 99.() NS/NR
PNAE 99.() NA 1.() Sim 0.() Não	1.() Individual 2.() Grupo Informal 3.() Associação/Cooperativa 99.() NS/NR	Produtos comercializados: <hr/> <hr/> <hr/>	1.() Semanalmente 2.() Mais de 1x por semana 3.() Quinzenalmente 4.() Mensalmente 99.() NS/NR

7.4 Qual o MOTIVO que levou o Sr.(a) a participar deste(s) programa(s)?

- 1.() Recomendação
 2.() Preço pago pelo produto
 3.() Facilidade na comercialização
 4.() Complementação de renda
 5.() Outros. Quais? _____
 99.() NS/NR

7.5 – Após a inserção neste(s) programa(s), o que ocorreu com a COMERCIALIZAÇÃO EM OUTROS LUGARES?

- 1.() Diminuiu muito
 2.() Diminuiu
 3.() Não mudou
 4.() Aumentou
 5.() Aumentou muito
 99.() NS/NR

7.6. O PREÇO PAGO PELO SEU PRODUTO neste programa comparado a outros lugares é:	7.7. A partir da participação no programa você acredita que a QUALIDADE do seu produto:	7.8. O Sr.(a) teve algum problema para ALCANÇAR OS CRITÉRIOS DE QUALIDADE do _____?
PAA 0.() NA 1.() Muito menor 2.() Menor 3.() Mesma coisa 4.() Maior 5.() Muito maior 99.() NS/NR	1.() Melhorou muito 2.() Melhorou 3.() Continuou a mesma coisa 4.() Piorou 5.() Piorou muito 99.() NS/NR	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS Se sim, quais? _____ _____
PNAE 0.() NA 1.() Muito menor 2.() Menor 3.() Mesma coisa 4.() Maior 5.() Muito maior 99.() NS/NR	1.() Melhorou muito 2.() Melhorou 3.() Continuou a mesma coisa 4.() Piorou 5.() Piorou muito 99.() NS/NR	1.() Sim 0.() Não 99.() NR/NS Se sim, quais? _____ _____

7.9 – Após este(s) programa(s), o AUTOCONSUMO (consumo daquilo que se produz) desses alimentos na sua família:

1. () Diminuiu muito
2. () Diminuiu
3. () Não mudou
4. () Aumentou
5. () Aumentou muito
6. () NR/NS

7.10 – Com a participação neste(s) programa(s), houve AUMENTO NA RENDA FAMILIAR?

1. () Sim 0. () Não 99. () NR/NS

7.11 – Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do PAA?

7.11 – Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do PNAE?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ELABORADO PARA A ENTREVISTA COM O COORDENADOR DA FEIRA AGROECOLÓGICA.

Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB” – Núcleo Penso/UFCG

Nome do Entrevistador: _____ Data da Entrevista: ____/____/____

QUESTIONÁRIO GESTOR SEMENTES

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
1.1. Escolaridade:
1.2. Cargo:
1.3. Tempo que exerce o cargo:
1.4. Teve alguma experiência anterior com gestão pública? Se sim, especifique?
2. FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA
2.1. Qual o OBJETIVO GERAL do programa?
2.2. O programa de distribuição de sementes está FUNCIONANDO atualmente no município de Cuité (através dessa instituição ou outra)? Se não, quais os motivos de não está funcionando?
2.3. Quais as sementes que são distribuídas no programa?
2.4. Como ocorre a AQUISIÇÃO das sementes do programa?
2.5. Há alguma DIFERENCIAÇÃO entre o tipo de sementes distribuída?
2.6. Como é feita a DISTRIBUIÇÃO das sementes?
2.7. Há ARTICULAÇÃO COM OUTROS SETORES/INSTITUIÇÃO ? Como funciona? Como o senhor avalia essa articulação? Por quê?
2.8. De maneira geral, como o senhor AVALIA O FUNCIONAMENTO do programa no município (FACILIDADES E DIFICULDADES)?
3. CADASTRAMENTO E SELEÇÃO DOS AGRICULTORES
3.1. QUANTOS agricultores participam atualmente do programa? Como são IDENTIFICADOS E SELECIONADOS OS AGRICULTORES para participação no programa (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CADASTRO)?
3.2. Além do contato na entrega das sementes, existe um diálogo contínuo com os agricultores através de REUNIÕES, APOIO TÉCNICO OU OUTRO TIPO ?
3.3. Como o senhor AVALIA essa RELAÇÃO COM OS AGRICULTORES (FACILIDADES E DIFICULDADES)?
4. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
4.1. Qual a IMPORTÂNCIA do programa para o município?
4.2. Existe algum ponto que o senhor acredita que deve ser MELHORADO no programa?
4.3. Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do programa no município?

Tem alguma outra informação importante para compartilhar sobre o programa?

Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB” – Núcleo Penso/UFCG

Nome do Entrevistador: _____ Data da Entrevista: ____/____/____

QUESTIONÁRIO CISTERNAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
1.1. Escolaridade:
1.2. Cargo:
1.3. Tempo que exerce o cargo:
1.4. Teve alguma experiência anterior com gestão pública? Se sim, especifique?
2. FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA
2.1. Qual o OBJETIVO GERAL do programa?
2.2. O programa está FUNCIONANDO atualmente no município de Cuité (através dessa instituição ou outra)? Se não, quais os motivos de não está funcionando?
2.3. Há ARTICULAÇÃO COM OUTROS SETORES/INSTITUIÇÃO ? Como funciona? Como o senhor avalia essa articulação? Por quê?
2.4. De maneira geral, como o senhor AVALIA O FUNCIONAMENTO do programa no município (FACILIDADES E DIFICULDADES)?
3. CADASTRAMENTO E SELEÇÃO DOS AGRICULTORES
3.1. Como são IDENTIFICADOS E SELECIONADOS OS AGRICULTORES para participação no programa? QUANTOS agricultores participam atualmente do programa? (O Sr. já teve essa informação em algum momento?) (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CADASTRO)
3.2. Quais os tipos de cisternas ofertadas no município? Qual a quantidade de cada tipo?
3.2. Além do contato na entrega do benefício, existe um diálogo contínuo com os agricultores através de REUNIÕES, APOIO TÉCNICO OU OUTRO TIPO ?
3.3. Como o senhor AVALIA essa RELAÇÃO COM OS AGRICULTORES (FACILIDADES E DIFICULDADES)?
4. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
4.1. Qual a IMPORTÂNCIA do programa para o município?
4.2. Existe algum ponto que o senhor acredita que deve ser MELHORADO no programa?
4.3. Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do programa no município?

Tem alguma outra informação importante para compartilhar sobre o programa?

Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB” – Núcleo Penso/UFCG

Nome do Entrevistador: _____ Data da Entrevista: ____/____/____

QUESTIONÁRIO PRONAF

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
1.1. Escolaridade:
1.2. Cargo:
1.3. Tempo que exerce o cargo:
1.4. Teve alguma experiência anterior com programas governamentais? Se sim, especifique?
2. FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA
2.1. Qual o OBJETIVO GERAL do programa?
2.2. O programa está FUNCIONANDO atualmente no município de Cuité (através dessa instituição ou outra)? Se não, quais os motivos de não está funcionando?
2.3. Há ARTICULAÇÃO COM OUTROS SETORES/INSTITUIÇÃO ? Como funciona? Como o senhor avalia essa articulação? Por quê?
2.3. Como ocorre o repasse dos RECURSOS FINANCEIROS para os agricultores?
2.5. De maneira geral, como o senhor AVALIA O FUNCIONAMENTO do programa no município (FACILIDADES E DIFICULDADES)?
3. CADASTRAMENTO E SELEÇÃO DOS AGRICULTORES
3.1. Como são SELECIONADOS OS AGRICULTORES para participação no programa? QUANTOS agricultores participam atualmente do programa? (O Sr. já teve essa informação em algum momento?) (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CADASTRO)
3.2. Quais são as modalidades ofertadas no município? Qual a modalidade mais utilizada no município?
3.3. Existe algum tipo de APOIO TÉCNICO (ORIENTAÇÃO) para os agricultores durante a participação no programa?
3.4. Além do contato na entrega do benefício, existe um diálogo contínuo com os agricultores através de REUNIÕES OU OUTRO TIPO ?
3.5. Como o senhor AVALIA essa RELAÇÃO COM OS AGRICULTORES (FACILIDADES E DIFICULDADES)?
4. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
4.1. Qual a IMPORTÂNCIA do programa para o município?
4.2. Existe algum ponto que o senhor acredita que deve ser MELHORADO no programa?
4.3. Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do programa no município?

Tem alguma outra informação importante para compartilhar sobre o programa?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
UTILIZADO COM OS AGRICULTORES.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

Prezado participante,

Solicitamos a você uma autorização para a participação da pesquisa: **“PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB”** que está sendo desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (NÚCLEO PENSO), do curso de Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Prof. (a) Ms. (a): Ana Beatriz Macedo Venâncio dos Santos.

A pesquisa propõe analisar a dinâmica de produção dos produtos oriundos da agricultura familiar e comercialização destes na feira agroecológica da cidade de Cuité/PB a fim de descrever como transcorre o circuito curto de comercialização nesta feira, assim como a procedência dos produtos que estão sendo comercializados e as potencialidades e dificuldades que o produtor pode encontrar no modelo de circuito curto. Além disso, a pesquisa visa identificar se há a inserção dos produtores em programas governamentais que viabiliza a segurança alimentar e nutricional.

A participação na pesquisa é voluntária, ou seja, não é obrigatório, o que significa que você poderá decidir se pretende ou não participar. Caso opte por não consentir ou então desistir a qualquer momento da pesquisa, você não será penalizado, nem terá prejuízos de nenhuma maneira. A participação não acarreta em nenhum custo ao Sr., sendo os custos de total responsabilidade da coordenadora da pesquisa. No entanto, a sua participação tem grande importância para a execução da pesquisa. Caso decida participar, vão ser realizadas entrevistas semi estruturadas, mediante o auxílio de um questionário além de gravações de áudios. Só haverá a gravação se houver o consentimento do entrevistado(a). A privacidade e confidencialidade das informações prestadas serão asseguradas e seu nome não será identificado em momento nenhum.

Para diminuir as chances de haver constrangimentos, o entrevistado estará em um ambiente no qual ele sinta-se seguro para responder os questionamentos da pesquisa. Em arquivos digitais as entrevistas transcritas serão armazenadas e estarão acessíveis apenas para a equipe de pesquisadores.

Essa pesquisa cumpre as exigências contidas nos itens IV. 3 e IV. 4 da Resolução nº466/12 – CONEP, visto que envolve seres humanos. Fotos do momento da entrevista e/ou informações comprometedoras que fujam do propósito da pesquisa não serão propagadas na divulgação dos resultados em eventos científicos.

O documento foi redigido em duas vias, você ficará com uma via deste Termo e a outra com a pesquisadora. Toda e qualquer dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa e da sua participação, poderá perguntar diretamente para a Prof. (a) Ms. (a): Ana Beatriz Macedo Venâncio dos Santos. Endereço: Olho D'Água da Bica s/n - Cuité-PB, CEP: 58175-000, Telefones: (83) 9 9651-4354 ou pelo email: biabeatrizvenancio@gmail.com.

É possível, também, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa onde foi apreciada a pesquisa, através do endereço: CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

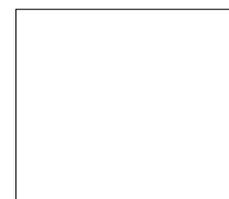
Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: Circuito curto de comercialização: a experiência da feira agroecológica da cidade de Cuité/PB, autorizo a gravação de voz e divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas.

Cuité (PB), ____/____/____

Participante da pesquisa

Nome: _____

Assinatura: _____



Impressão
datiloscópica do
participante

Pesquisador responsável

Nome: _____

Assinatura: _____